

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Ramos de Graciliano

Dissertação de Mestrado em Sociologia
Renaldo Mazaro Júnior

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Ramos de Graciliano

Dissertação de Mestrado em Sociologia
apresentada ao Departamento de
Sociologia do Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas sob a orientação
da Profa. Dra. Walquíria Domingues Leão
Rego.

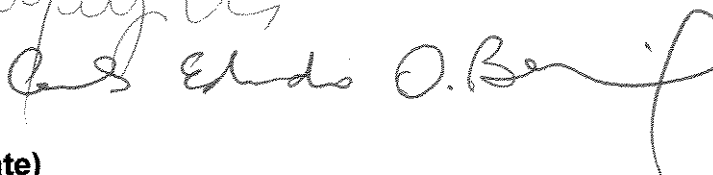
Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
12/03/2002

BANCA


Profa. Dra. Walquíria Domingues Leão Rego (Orientadora)

Profa. Dra. Élide Rugai Bastos


Prof. Dr. Carlos Eduardo Ornelas Berriel


Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rego (suplente)

Março / 2002

UNIDADE Be
Nº CHAMADA T/UNICAMP
M456r
V EX
TOMBO BC/ 49837
PROC 16-837/02
C DX
PREÇO R\$ 11,00
DATA 05/07/02
Nº CPD _____

CM00170298-B

BIB ID 246429

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

M 456 r Mazaro Júnior, Renaldo
 Ramos de Graciliano / Renaldo Mazaro Júnior. -- Campinas,
 SP : [s.n.], 2002.

 Orientador: Walquíria Domingues Leão Rêgo.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

 1. Ramos, Graciliano, 1892-1953. 2. Literatura e sociedade.
 3. Coronelismo. 4. Modernismo – Séc. XX. I. Rêgo, Walquíria
 Domingues Leão. II. Universidade Estadual de Campinas.
 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Resumo

A partir de 1920 novos elementos começaram a se articular na sociedade brasileira sinalizando o início de um longo e trágico processo de modernização nacional. O presente ensaio objetiva perceber este movimento através das ações de Paulo Honório, personagem central *São Bernardo*, romance de Graciliano Ramos.

Para isso, o trabalho aponta e ressalta alguns traços típicos do personagem: seu desejo de posse, seu cálculo utilitarista, bem como, seu domínio pessoal e político. A estas distinções localizadas, a dissertação procura vinculá-las a uma dinâmica mais ampla que o regionalismo. E ao tentar cumprir com este objetivo, o ensaio reafirma o caráter universal da produção literária de Graciliano Ramos.

Abstract

Since 1920, new elements in the Brazilian society began a wide and tragic national modernization process. The aim of present essay is detect this process using the actions of Paulo Honório, a central personage of *São Bernardo*, one of Graciliano Ramos romances.

For this, the study appointed and focused for some typical characteristics of the personage, like your desire for possession, utilitarian calculation, as well as, your personal and politic domains. This work tries to link these personage characteristics with a dynamic politic more widest than regionalism. In this regard, the universal character of Graciliano Ramos literary production was reaffirmed during the process to conclude this study.

Para Sara.

Índice

Agradecimentos.....	p. 6
Introdução - Consultei o relógio: seis horas.....	p. 7
Capítulo I – Entre o conviver e o contemplar.....	p. 11
Capítulo II – O doutor, que ensinou o rato a furar almotolia, sacudiu-me a justiça e a religião.....	p. 21
Capítulo III (considerações finais) - Antes de iniciar este livro, imaginei construí-lo pela divisão do trabalho.....	p. 48
Bibliografia de Graciliano Ramos.....	p. 88
Bibliografia.....	p. 90

Agradecimentos

Sou grato a todos aqueles que, direta ou indiretamente, colaboraram para a realização deste trabalho.

A CNPq por ter me financiado por dois anos no desenvolvimento da dissertação.

Aos meus pais Magaly e Renaldo, pelo apoio. Aos meus amigos e irmãos, em especial, Roberto Barbato Jr., Roberto Persin Jr., Rodrigo e Tiago Filgueiras Pimentel, pelo incentivo nos momentos mais dramáticos.

Agradeço também aos professores que me ajudaram a superar os obstáculos e àqueles que criticaram com lucidez. Agradeço especialmente a professora Walquíria Domingues Leão Rego pela inesgotável paciência e pelo apoio constante. Também não posso deixar de agradecer a professora Elide Rugai Bastos que em muito me incentivou.

Por fim, a Renata Mazaro pelos vários telefonemas que suportou por muitas madrugadas na fase final deste ensaio. E a minha esposa que não pôde contar com a ajuda do telefone e, pessoalmente, conviveu comigo em todos os momentos, principalmente os mais difíceis.

Diferente da narrativa na primeira pessoa do plural que se estende por todo este ensaio, nesta parte em especial preferi escrever, como se vê, no singular. A razão disto talvez esteja ancorada na necessidade em se esclarecer algumas questões de cunho talvez mais pessoal que propriamente científico.

Primeiramente, gostaria de justificar minha escolha por Graciliano Ramos, um autor de obras romanescas, de contos, de crônicas e de memórias, enfim, um escritor que não tomou as Ciências Sociais por profissão. Mesmo não sendo um sociólogo ou não tendo produzido nenhuma obra neste sentido, esta peculiaridade não o torna objeto exclusivo da análise literária. E, ainda que esse monopólio fosse possível ele em si não impediria olhares mais discretos e filosoficamente mais insinuantes.

Mas a escolha de Graciliano Ramos não circunscreve meu foco analítico, ao contrário, a amplitude angular torna-se muito maior e minha atenção tem proporções bem mais modestas. Com este intuito, das obras de Graciliano Ramos, selecionei *São Bernardo* por que acredito ser um retrato muito fiel da moderna sociedade brasileira e porque ao retratá-la, o autor, basicamente costura seu enredo com o drama histórico brasileiro. Um drama que para melhor entendê-lo é necessário rememorar as leituras de Caio Prado Jr., por exemplo.

Para ser sincero, no início ainda hesitava entre uma leitura crítica de *São Bernardo* ou *Angústia*. Neste último, o herói também assume grande parte dos

atributos e características fundamentais que tentei mostrar neste ensaio partindo de Paulo Honório, personagem central de *São Bernardo* e, delas defender e demonstrar, ainda que preliminarmente, que Graciliano Ramos é um autor universal.

Afora isso, em *Angústia*, a trama utiliza um cenário urbano com elementos muito mais próprios da cidade. E se optasse por este prisma com certeza o produto seria outro, apesar das semelhanças. Analogamente, seria o mesmo que escolher, ao se falar em cinema, entre *Deus e o Diabo na Terra do Sol* ou *Terra em Transe*, para demonstrar os aspectos universalizantes das películas de Glauber Rocha.

O que há de regional, de local em Graciliano Ramos, em vários momentos permanece em constante diálogo com o movimento de idéias, concepções e ações universais. Neste sentido acredito que a seleção do objeto e o recorte aqui apontado, visam ressaltar esta peculiaridade do escritor e cidadão do mundo nascido em Quebrangulo. Graciliano Ramos atribui ao seu personagem sentimentos burgueses fortemente marcados pelo desejo de posse e destaca, sub-repticiamente, a reificação da consciência do herói. É justamente neste mote que focalizo minha atenção, na medida em que, vejo em Paulo Honório a síntese solidária e articulada de elementos regionais e universalizantes. Refoço que o desejo de posse e reificação que existe no chamado espírito burguês, na consciência burguesa, na consciência calculista, utilitarista, não fazem de Graciliano Ramos simplesmente um regionalista. Os sentimentos mais profundos

não são apenas regionais, nacionais ou universais, mas são os sentimentos humanos.

Outro aspecto que gostaria de antecipadamente esclarecer, diz respeito a denominação que utilizo para ao me referir a Paulo Honório, o personagem central de *São Bernardo* e, como já disse, foco de minhas atenções. Ora o trato por herói e ora por anti-herói. Assim procedi tendo em vista o papel das ações do personagem no próprio enredo. Ao se empenhar na realização de um plano, portanto ao cumprir suas metas, tomei o personagem por herói – por suas qualidades mais positivas. Em sentido contrário, ele assume as características do anti-herói, ao por em movimentos suas forças amplamente destrutivas. Mas mesmo nos momentos em que se afirma, Paulo Honório muitas vezes age por sentimentos mesquinhos e aí, tive um problema.

Paulo Honório, mesmo quando pensa em casar a vontade que o move é o interesse imediato em “fazer” um herdeiro de sua fortuna. Entretanto há uma real ruptura no enredo (os capítulos XIX e os três últimos) e nela aflora o verdadeiro herói. São momentos dolorosos,

Sou um homem arrasado. Doença? Não. Gozo perfeita saúde.

(...)

O que estou é velho. Cinquenta anos pelo S.Pedro. Cinquenta anos perdidos, cinquenta anos gastos sem objetivo, a maltratar-me e a maltratar os outros. O resultado é que endureci, calejei, e não é um arranhão que penetra esta casca espessa e vem ferir cá dentro a sensibilidade embotada.

Cinquenta anos! Quantas horas inúteis! Consumir-se uma pessoa a vida inteira sem saber para quê! Comer e dormir como um porco! Levantar-se cedo todas as manhãs e sair correndo, procurando comida! E depois

guardar comida para os filhos, para os netos, para muitas gerações. Que estupidez! Que porcaria! Não é bom vir o diabo e levar tudo? (SB, p. 180-1)

Como disse antes, é neste momento, neste *flashback*, que desperta o real herói. Assim, queira o leitor compreender a alternância proposital de minhas denominações ao me referir a Paulo Honório.

Escrever sobre o que está longe no espaço e no tempo é, de alguma forma, ficcional. Talvez, se possa pensar o mesmo dos mais pormenorizados e criteriosos estudos científicos, ou seja, há um determinado ponto da reflexão em que se faz necessário, para além duma imaginação sociológica, um certo exercício de ficção. Como se o pensamento do homem fosse o produto não só de seu esforço racional mas, sobretudo, de suas paixões e duma boa dosagem de lirismo.

Essa possibilidade de se “transportar” no espaço e no tempo – ficcional e analiticamente –, talvez seja um instrumento válido para a pesquisa sociológica¹ da mesma forma que o é para a literatura. Supostamente, para a literatura, este “veículo espacial-temporal” seja um suporte muito mais estimado e, certamente, dotado de maior liberdade de movimento. Para nós, ainda que admissível este artifício, convém lembrar sua sutil importância.

E mesmo cientes da fragilidade deste procedimento, por que insistimos em sua adoção? Quiçá por se mostrar razoavelmente interessante e fértil ao permitir entrever de uma ampla perspectiva – literária –, algumas das preocupações que desenvolveremos ao longo deste ensaio. Ou ainda pela razão mesma de reiterar e intencionalmente se aproximar da conhecida tese de Antonio Candido.

(...) Diferente do que sucede em outros países, a literatura tem sido aqui, mais do que a filosofia e as ciências humanas, o fenômeno central da vida do espírito².

(119)

Segundo Antonio Candido, a literatura ao cumprir este papel no Brasil durante as primeiras décadas do século XX – fato que se deve à sua aproximação as ciências sociais –, viabilizou nesta terra uma excelente safra de romances “socialmente críticos”. Era comum aos romancistas nutrirem-se das mais diversas manifestações da “alma” brasileira. Evidente que, naquele momento, foi necessário em primeiro lugar definir as propriedades do “corpo” que nutria a “alma” para, em seguida, debruçar-se sobre suas próprias inquietações, seus tormentos e desigualdades.

Assim, pensando em harmonia com Antonio Candido no que respeita ao período brasileiro de grande feracidade literária, acabamos por escolher o romance *São Bernardo*³ de Graciliano Ramos⁴, para ser nosso ponto de referência a um olhar sociologicamente enviesado. Olhar que percorre um conhecido caminho: parte de um personagem para recair sobre um momento histórico determinado e basilar a sedimentação da moderna sociedade brasileira.

São Bernardo é escrito dum ponto de vista de quem toma parte e vive o complexo *cenário de dramas humanos*. Nele Graciliano Ramos pôde narrar o destino de indivíduos, valendo-se muito pouco de paisagens ou extensas descrições do meio. O autor ateve-se tão somente ao destino do homem inserido numa sociedade em rápido processo de modernização e industrialização. Mais precisamente uma sociedade concertada por um decadente bloco político-oligárquico que para sobreviver, naquele instante, necessitava de um novo redimensionamento de seus interesses e de sua atuação.

E já que nos permitimos alguns devaneios, podemos ver até na forma narrativa de Graciliano Ramos uma sintonia com os tempos modernos, tempos nitidamente marcados pela economia, pela alta velocidade, pelo descartável, pelo revolucionário e não conformável. Assim, através de seu herói, o autor nos mostra um pouco o seu método de narrar⁵.

(...) Reproduzo o que julgo interessante. Suprimi diversas passagens, modifiquei outras.

(...) É o processo que adoto: extraio dos acontecimentos algumas parcelas; o resto é bagaço.

(...)Uma coisa que omiti e produziria bom efeito foi a paisagem. Andei mal. Efetivamente a minha narrativa dá idéia de uma palestra realizada fora da terra.

(...) se eu tentasse uma descrição, arriscava-me a misturar os coqueiros da lagoa, que apareceram às três e quinze, com as mangueiras e os cajueiros, que vieram depois. Essa descrição, porém, só seria aqui embutida por motivos de ordem técnica. E não tenho o intuito de escrever em conformidade com as regras (SB, pp. 77/78).

Talvez a carência da literatura e do pensamento social brasileiro – incluindo a do próprio autor –, naquele momento não fosse por regras. Provavelmente porque as regras já haviam sido traçadas uma década antes de Graciliano Ramos escrever seu segundo romance. O que pode comprovar este argumento, entre outras passagens, é o fato inicial em *São Bernardo* que revela uma inquietação do autor: a necessidade de escrever *como se fala*⁶.

Ainda sobre este assunto, em Graciliano Ramos vale a afirmação de que a descrição do ambiente não se detém na mera descrição,

*mas converte-se quase sempre em ação, a descrição não é mais que uma ampla fundamentação do novo elemento decisivo – a incorporação do dramático na composição da obra*⁷.

Ao ler *São Bernardo*, reportamo-nos a análise de Lukács. Na medida em que,

*os acontecimentos que são significativos como tais pelo destino das pessoas que participam deles, pelo que significam as pessoas, no rico desenrolar de sua vida humana, para a vida da sociedade. Somos o público de acontecimentos que participam os personagens (...) Vivemos estes acontecimentos*⁸.

Segundo Lukács, o narrar, o conviver, não é casual. Provém da posição básica do próprio autor,

E mais concretamente de sua atividade fundamental frente a vida, frente aos grandes problemas da sociedade, e não somente como método de um trabalho artístico da matéria o de certas partes da mesma.

Não é nosso intento elaborar uma biografia de Graciliano Ramos. Mas basta lembrar de sua atuação política – prefeito de Palmeira dos Índios, preso político durante o Estado Novo, membro do PCB, etc – para entendermos a posição adotada por Graciliano Ramos frente aos grandes problemas da sociedade brasileira naquela época.

É claro que citar estes episódios da vida do nosso autor não decifra a essência de seu pensamento – também não é esta a nossa intenção -, mas ao assumir um partido comprometido de alguma forma com as conquistas da classe trabalhadora, Graciliano Ramos apontava para um horizonte distinto daqueles que se simpatizavam com o populismo getulista ou qualquer outra reminiscência conservadora. Ao se engajar,

Graciliano Ramos abandonava a possibilidade de isolamento, de vir a se tornar um crítico à distância da sociedade brasileira, trancado em sua torre de marfim.

Mas havendo torre ou não, Graciliano Ramos arquitetou um plano e o realizou ao cristalizar no romance os elementos fundantes de uma nova ordem, de novas composição política e orientação econômica. E, se é possível admitir este razoável ângulo de abordagem, também é aceitável ver em algumas passagens de *São Bernardo*, a constituição da sociedade burguesa através de suas graves crises. O que significa dizer, em outras palavras, que coube ao autor observar

as leis complicadas de seu advento e as transações variadas e intrincadas que conduzem a velha sociedade em decadência à nova formação.

É este o sentido, por exemplo, do sétimo capítulo reservado a um “velho major”. De certa forma, podemos afirmar que reside nesta percepção a essência do romance. Ou seja, à estrutura do romance, o atilamento do autor funda-se, em boa medida, no conhecimento e captação das forças impulsionadoras da evolução social. Acreditamos, enfim, que no romance

(...) o reflexo desinteressado, justo, profundo e cabal de sua influência sobre a vida humana tem que aparecer em forma de movimento, de um movimento que ilustre a unidade regular do caso normal e do caso excepcional.

Esta verdade da evolução social é, assim, a verdade dos destinos individuais (...) que esta verdade da vida somente pode revelar-se na prática do indivíduo, em suas ações. As palavras dos indivíduos, seus sentimentos e pensamentos meramente subjetivos somente mostram sua verdade ou sua falsidade, sua grandeza ou sua limitação, quando se traduzem em prática: quando se afirmam nos atos e nas ações dos indivíduos, ou quando estes atos e ações mostram seu fracasso frente a realidade. Somente a prática humana pode mostrar concretamente a natureza dos indivíduos⁹

Ainda pensando segundo Lukacs, ao captar a verdade de seu tempo, Graciliano Ramos atuava em dois sentidos distintos e complementares: político (o sujeito) e artístico (o sujeito-escritor). Grosseiramente podemos pensar que o “sujeito” Graciliano Ramos, consegue compreender o *processo modernizador* da sociedade brasileira depois de 1930 como um momento trágico. Mas é o artista que a retrata *universalmente* numa fazenda em Viçosa.

Sobre isso, talvez, o mais atraente seja a criatividade do autor em dispor seus personagens e, à quase totalidade deles, indicar os vínculos que os relacionam a um maestro maior – ainda que não explicitamente presente. A agudeza de Graciliano Ramos em garimpar seus tipos, o fazendeiro, o peão, a professora, o padre, o juiz, etc., e articulá-los com a tragédia que por fim os arrebatava justifica a afirmação: *o que vai acontecer será muito diferente do que esperamos. Absurdo.* Analogamente, para muitos que acreditaram, em Outubro de 1930, na promessa de um novo Estado e de uma nova sociedade a via encontrada à *la gaúcha* foi uma surpresa. E qual maneira mais sutil de dizer isso? *O que vai acontecer será muito diferente do que esperamos.* E essa diferença presente no enredo e na vida se manifesta, salvo as proporções, no Sertão e na cidade, no indivíduo e na Nação. Em *São Bernardo*, portanto, a arte

consiste no descobrimento dos perfis humanamente significativos da prática social, oportunos e característicos em cada caso. Querendo obter seu próprio reflexo mais claro e mais intenso, o reflexo se sua própria prática social. (...) na distribuição justa dos pesos, na justa acentuação do essencial. Obtém um efeito tanto mais avassalador e geral quanto mais este elemento essencial, o indivíduo e sua prática social, aparece nele não como produto artificioso rebuscado, como resultado de um

*virtuosismo, senão como algo naturalmente desenvolvido, como algo não inventado, mas simplesmente descoberto*¹⁰.

No romance o autor mostra como a sociedade atua sobre os indivíduos transformando-os, alterando-os, embrutecendo-os. E, para enfatizar nosso argumento acima, de que a modernização no Brasil após 1930 foi um momento trágico, é válido pinçar algumas passagens cujo teor possa servir de ilustração. Pelo matiz utilizado inicialmente neste parágrafo, destacamos alguns pensamentos do herói:

(...) Creio que nem sempre fui egoísta e brutal. A profissão é que me deu qualidades tão ruins.

E a desconfiança terrível que me aponta inimigos em toda parte!

A desconfiança é também consequência da profissão.

Foi este modo de vida que me inutilizou ...

¹ Analogamente sobre este mesmo assunto, apesar de outra perspectiva, conferir RUGAI BASTOS, E. – “Gilberto Freyre e a Questão Nacional” – a autora ao entrever algumas questões de método em Gilberto Freyre, especificamente sobre a *Sociologia Genética*, sugere que *espaço e tempo, como campo de análise, podem ser recriados pelo estudioso do social*. - in MORAES, R.; ANTUNES, R. e BOTTA FERRANTE, V. (orgs) – *Inteligência Brasileira*, SP, Brasiliense, 1986, p.69.

² CANDIDO, A. – *Literatura e Sociedade*, 8ª ed, SP, T.A. Queiroz/Publifolha, 2000, pág. 119. O autor ainda reforça sua tese nas páginas seguintes. *Em todo caso, os decênios de 20 e de 30 ficarão em nossa história intelectual como de harmoniosa convivência e troca de serviços entre literatura e estudos sociais* (p.123).

³ RAMOS, Graciliano (1892-1953) - *São Bernardo*, posfácio de João Luiz Lafetá. Ilustrações de Darel. 37ª edição, RJ, Record, 1981.

⁴ Graciliano Ramos nasceu em Quebrângulo, Alagoas. As suas informações biográficas podem ser encontradas em muitos autores, sob os mais diversos matizes. Em função de nosso objetivo, preferimos um olhar mais enxuto sobre a vida do autor e, assim pensando, tomamos emprestado os dados biográficos de Graciliano Ramos contidos na *História Concisa da Literatura Brasileira*, de Alfredo Bosi: (...) *Primogênito de um casal sertanejo de classe média que teve quinze filhos. Passou a infância parte em Buíque, Pernambuco, parte em Viçosa, no Estado natal. Fez estudos secundários em Maceió, mas não cursou faculdade. Em 1910 estabeleceu-se em Palmeira dos Índios onde o pai vivia de comércio. Após uma breve estada no Rio de Janeiro, como revisor do Correio da Manhã e de A tarde (1914), regressou a Palmeira dos Índios ao saber da morte de três de seus irmãos vitimados pela febre bubônica. Passa a fazer jornalismo e política, exercendo a prefeitura da cidadezinha entre 1928 e 1930. Aí também redige, a partir de 1925, seu primeiro romance, Caetés. De 30 a 36, viveu quase todo o tempo em Maceió onde dirigiu a Imprensa e a Instrução do Estado. Data desse período a sua amizade com escritores que formavam a vanguarda da literatura nordestina: José Lins do Rego, Raquel de Queiroz, Jorge Amado, Waldemar Cavalcanti; é também a época em que redige São Bernardo e Angústia. Em março, de 1936 é preso como subversivo. Embora sem provas de acusação, levam-no a diversos presídios, sujeitam-no a mais de um vexame e só o liberam em janeiro do ano seguinte: as Memórias do Cárcere serão o depoimento exato dessa experiência.* In BOSI, Alfredo - *História Concisa da Literatura Brasileira*, 3ª ed., SP, Cultrix, 1991, p. 452, nota 324. Para uma melhor pormenorização biográfica conferir as obras de memórias do próprio Graciliano Ramos, *Infância e Viagem*. Também MORAES, Dênis de - *O Velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos* - 2ª ed., RJ, José Olympio, 1993. Especialmente aos temas eleitos para a pesquisa, ver CANDIDO, Antonio - *Ficção e Confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos*, RJ, Ed.34, 1992. COUTINHO, C. N. - “Graciliano Ramos” in *Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas*, BH, Oficina de Livros, 1990. CARPEAUX, O. M. - “Visão de Graciliano Ramos” in RAMOS, G. - *Angústia*, posfácio, 23a.ed. RJ, SP, Record, 1981. LAFETÁ, J.L. - “O mundo à revelia”, posfácio de RAMOS, G. - *São Bernardo*, op.cit..

⁵ (...) *Tenciono contar a minha história. Difícil. Talvez deixe de mencionar particularidades úteis, que me parecem acessórias e dispensáveis. Também pode ser que, habituado a tratar com matutos, não confie suficientemente na compreensão dos leitores e repita passagens insignificantes. De resto*

isto vai arranjado sem nenhuma ordem, como se vê (SB, p. 10). A leitura de S. Bernardo é peculiar pelo fato de ser escrita em primeira pessoa, demonstrando a todo o tempo preocupação com a composição da obra. O herói problemático narra-a, primeiramente apresentando as cenas e personagens como se fossem seus “marionetes”. Aliás, esta característica de domínio sobre a história narrada é muito marcante. No decorrer do drama observamos seu enfraquecimento. A própria situação criada pela obsessão de Paulo Honório em tudo comandar toma rumo oposto e inicia a destruição daquilo que ele próprio desejou. A escolha do ponto de vista da primeira pessoa (Vision avec) por Graciliano Ramos, significa centrar-se sobre o protagonista principal, atitude esta proveniente duma exigência de objetividade e revela duma concepção de verdade romanesca que não difere muita da concepção da verdade histórica nos escritos biográficos. (...) *essa visão não é estreitada pelos limites duma experiência pessoal a servir de conteúdo à experiência do protagonista principal, porque é o homem universal que se procura analisar com precisão, e não a experiência limitada de pessoas limitadas.* CRISTOVÃO, F. “Narração e ponto de vista” in *Graciliano Ramos: Estrutura e Valores de um Modo de Narrar*, 3a.ed., RJ: José Olympio, 1986, pp. 15-18.

⁶ A propósito citaremos uma nota de Fernando Cristóvão, na realidade um trecho de uma entrevista de Graciliano Ramos concedida a Osório Nunes sobre o Modernismo, em 1942, citamos por achar conveniente ao assunto tratado. *O modernismo morreu em 1930. Aliás, não se pode fixar rigorosamente esse ano como seu perecimento. O que se observa é que, pelo menos nas cercanias de 30, o modernismo surgido com a Semana de Arte Moderna desapareceu. (...) De 1922 a 1930 verificou-se um movimento de destruição dos cânones que precisavam desaparecer. O movimento não nasceu em 22, concretizou-se no aludido ano. (...) O modernismo fracassou. Pois fracassada esta uma rebelião literária cujos soldados acabam na Academia. Regeneram atitudes do passado. Uns, de público. Outros sub-repticiamente. Nenhum dos seus poetas faz mais, a rigor, poesia modernista. Nem mesmo Manuel Bandeira que, por sinal, escreveu os “Sapos” em 1918. O próprio Mário de Andrade está escrevendo direitinho, bem comportado. Só de longe em longe, surgem umas expressões que lhe são típicas. (“D. Casmurro”, 12 de Dezembro de 1942, in CRISTÓVÃO, F., op. cit., pp. 74/75).* Também sobre este assunto conferir DÓRIA, C.A., - *Graciliano e o paradigma do papagaio*, artigo publicado na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiro (IEB-USP)*, SP, no.35, 1993, pp. 19/34; Dória, através da leitura de *Vidas Secas*, dentre outros textos de Graciliano Ramos, situa-o num momento decisivo da literatura no Brasil na década de 30. Este momento, segundo o autor, pode ser entendido em duas modalidades: “problemático” e “emblemático”. Ao primeiro, *trata a diversidade como elemento enriquecedor da percepção do todo, produzindo patamares superiores de identificação enquanto povo e nação. É o trabalho de tecer continuamente o “nacional” a partir das contradições que encerra. A “fixação” da língua nacional corresponde, enquanto projeto, a esta maneira de perceber o país.* Quanto a segunda vertente, é a *ausência de vínculo nacional, da mediação do todo a iluminar a parte, (...) parte do suposto de que o universo cultural regional é singular e irreduzível e que, portanto, não se pode partilhar experiências mas apenas discursar sobre elas.* Este “tipo” de construção literária teve no Nordeste seu grande público, atingindo o Sul por um processo de ampliação e não por ruptura, além disso, os vários “nordestes” (o sertão, a mata, o agreste) assumem, assim, uma função cultural determinada: *sinalizam quais as fronteiras dos interesses ameaçados pela modernidade, aquelas que a racionalidade inerente ao capitalismo deve respeitar como limite à sua expansão para manter o país com a configuração “original”;* acrescenta ainda que, para esta vertente, *não há uma história a reconstruir, mas apenas crônicas a relatar e, no máximo, monografias sobre famílias sertanejas onde as gerações se entrelaçam como realidades biológicas e a propriedade da terra emerge como atributo tão natural quanto a cor da pele. (...) A expressão (...) folclorizada do nordeste, que tem sido uma constante na literatura regional deste século, contrapõe-se fortemente à “missão” da literatura conforme*

entendida por Graciliano. Horrorizava-se ele com a distinção norte/sul, denunciando o caráter da dependência subjacente. Dória, apoiado nesta tese, afirma, Graciliano ao contrário, ao conferir dimensão simbólica universal ao drama do homem nordestino, como em *Vidas Secas* ou *S. Bernardo*, mostra que só é possível pensar o país sem mutilá-lo, revelando sua diversidade. Ao qualificar o ser brasileiro inaugura a modernidade num sentido amplo, não limitado ao experimentalismo dos modernistas de 22. O autor, comparando as expressões usadas por Graciliano Ramos, em especial a palavra “papagaio” e outras que dela derivam, nos mostra como o ato de Fabiano em *Vidas Secas* ao comer o papagaio, na realidade, significa o rompimento da contribuição do autor ao modernismo pós 30. Seria também oportuno neste momento fazer um breve adendo no que respeita a casualidade; diz Lafetá: (...) apesar de Paulo Honório estar sempre na iniciativa, comandando os processos, decidindo vingar-se do Pereira, contratando o Padilha, o tom destas páginas é mais leve, mais descontraído. Os vários motivos que as compõem parecem ligar-se apenas casualmente, como assuntos que brotam com naturalidade do trato cotidiano dos homens e das coisas. Num feriado Paulo Honório zanza à toa pela fazenda, ouve pedaços de conversas, escreve uma carta, visita a velha Margarida (grifos meus), apesar da aparência o motivo ainda é o dominante, dirá. Com relação a este tema do “acaso”, em LUKACS, G. “As Ilusões Perdidas” in *Ensaio sobre Literatura*, Civilização Brasileira, RJ, s/d, pp.95/114, analisando Balzac, Lukacs vê os acasos como necessidade da obra para caracterização do movimento da ação, a genialidade de Balzac, revela-se precisamente quando escolhe e movimenta seus personagens de maneira que no centro da ação figura sempre aquele cujas qualidades são mais capazes de aclarar o aspecto mais essencial do processo social, do modo mais completo e em cristalina conexão com o conjunto do próprio processo. Cada uma das partes do ciclo adquire, portanto, vida e independência próprias, como acontecimentos particulares dos destinos mais individuais. Mas esse “individual” resulta sempre no socialmente “típico”, o movimento socialmente “universal”, que só a análise posterior pode distinguir dos fatos individuais. Essa maneira de condução da trama essa “linha evolutiva” de Balzac, segundo Lukács, cria a “necessidade poética” na medida em que ele concebe e desenvolve, da forma mais ampla e profunda, aquela linha evolutiva, da qual o argumento tratado é a encarnação concreta. Com a profunda e ampla concepção de seus tipos, com a profundidade e a amplidão de sua visão social, com a requintada e múltipla conexão dos seus personagens com a base social e com o ambiente da suas ações, Balzac, cria aquele vasto campo, dentro do qual centenas e centenas de acasos podem cruzar e o seu efeito de conjunto dará sempre a impressão de uma profunda necessidade. Em *Ilusões Perdidas*, continua Lukács, a meta a ser atingida - a ruína de Lucien de Rubempré, jovem escritor que vai à Paris em busca do reconhecimento intelectual - é recortada por vários acasos antes de se realizar como “catástrofe”. Lukacs, vislumbra também outro aspecto literário do “acaso”; considerando-se a importância da ação para Balzac, classifica-os com essenciais e não essenciais.

⁷ Lukács, *op. Cit.*, pp. 178.

⁸ Lukács, *op. Cit.*, pp. 176-177.

⁹ Lukács, *op. Cit.*, pp. 180-181.

¹⁰ Lukács, *op. Cit.*, pp. 187-188.

Passados mais de sessenta anos de sua primeira edição, *São Bernardo* ainda desperta a curiosidade de muitos críticos em diversas áreas do pensamento. *São Bernardo* comporta, assim, um amplo horizonte temático e analítico de reflexões que partem de sua estrutura e terminam por se debruçar em aspectos psicológicos, lingüísticos, estéticos, etc. Em nosso caso, ao escrever sobre esta obra, tivemos em vista duas perspectivas em si mesmas fronteiriças, isto é, o período em que surgiu o romance bem como a sua “tradução” implícita no enredo. Com isso objetivamos decodificar do tecido romanescos algumas expressões de condições sociais específicas e determinadas historicamente. Intenção esta que pode ser vista como outro argumento em favor da universalidade de *São Bernardo*. Sinteticamente alvejamos no romance o testemunho consciente de seu tempo.

Na tentativa de abordar temas sociológicos partindo da leitura de *São Bernardo*, nossa análise também percorreu alguns caminhos que, em sua maioria, talvez não tenham levado a lugar algum ainda inexplorado sociologicamente. Sobre isso, acreditamos realmente que ficamos longe de uma leitura original. Muito do que se segue é, em grande medida, devedor de leituras obrigatórias quando se pretende minimamente compreender o significado da referida obra.

Dentro do universo literário de Graciliano Ramos, nossa pesquisa pôde modestamente tangenciar certas divisas. Insistimos que não será surpresa alguma se o leitor encontrar aqui outra ressonância daquilo já referendado por clássicos autores de

diferentes orientações intelectuais e de estatutos teóricos muito distintos. Devido portanto à amplitude dos olhares que recaem sobre o objeto e considerando os objetivos propostos, tomamos por mais apropriadas as críticas de Georg Lukács, Lucien Goldmann, e os brasileiros, Antonio Candido, Otto Maria Carpeaux, Carlos Nelson Coutinho, Lafetá, dentre outros autores igualmente densos. Deles, talvez fosse desnecessário dizer, que ao articularmos algumas das suas idéias objetivando atingir nosso intento integramo-las - senão por completo ao menos em parte - na dissertação, fazendo delas as nossas opiniões.

Ainda com relação aos autores acima citados, foi-nos necessário ora valermos do instrumental próprio de um, ora de outro. Essa forma de “apropriação” de idéias decorreu do fato de que tais métodos foram, em sua maioria, concebidos e mais apropriados para a análise literária. Todavia, mostraram-se instrumentais preciosos. Particularmente as análises de Antonio Candido em que há uma nítida intersecção das distintas áreas de conhecimento, entre a análise literária e a sociologia.

Insistimos na tentativa de justificar nosso procedimento ao pontuar outro argumento assaz simples em nosso favor. O personagem Paulo Honório é um sujeito histórica e geograficamente determinado. E assim o concebemos por que entendemos que se trata de um alagoano vivendo num momento específico da história brasileira. Analogamente, o narrador de *São Bernardo*, está inserido em um local e numa dada época tão bem definidos quanto sua ambição burguesa de enriquecer a todo custo. Não que isso não seja próprio de outros tempos e lugares. Certamente que sim. Mas enriquecer explorando a mão-de-obra livre e assalariada no Brasil utilizando ao mesmo

tempo máquinas elétricas, exclui, por baixo, mais de 75% de nossa história. Mas se nem isso puder servir de alento ao nosso olhar que valha e delimite, então, com maior justeza as causas de nossa fadiga.

E para reforçar nosso argumento, na medida em que falamos de “ambição burguesa”, façamos aqui um parêntese. O personagem de Graciliano Ramos, não conserta sua própria escada, nem ascende a uma nobre família aristocrática, tampouco vê em alguma instituição – como o clero – um veículo para a sua própria projeção na alta sociedade. No mundo de Paulo Honório não há gélidas paisagens alpinas e nem assim o personagem e o trágico fim que o espera, deixam de fazer jus – de maneira intensa e profunda - aos seus pares europeus.

Posto isto, indagamos qual alternativa nos restaria frente a essas implicações? Estamos cientes que ao defender nossa forma de abordagem anteriormente apresentada - partir do personagem para a análise sociológica -, corremos o risco de nos acomodar em confortáveis devaneios, na medida em que, tal método permite um maior deslocamento temático. Melhor, por se tratar de um mero personagem de ficção a análise poderia valer-se de um conjunto vário de elementos explicativos aliviando, assim, o próprio teor científico. Mas é um risco que estamos correndo, pois acreditamos que a possibilidade “laboratorial” que tal procedimento permite, conta em nosso.

Começaremos, portanto, assinalando que Graciliano Ramos conseguiu condensar em Paulo Honório e em seu modo de vida, o drama do homem frente à sociedade capitalista. E ao matizar no personagem o desejo de posse, a “sede” pelo

ganho e a violência manifesta na realização dos seus objetivos, o autor talvez quisesse apontar os trágicos efeitos que o processo de modernização impôs ao Brasil num primeiro momento.

Neste sentido, o intervalo entre a Abolição e o Outubro de 30, representou, para além do romance, a sementeira em que brotariam os novos homens e suas idéias. Imbuídos do novo que despertava, aqueles sujeitos pretenderam um horizonte mais largo depositando na modernidade que se anunciava seus mais preciosos tesouros. Em sua maioria, partindo do que miseravelmente possuíam e intentando um lugar ao sol, muitos indivíduos foram arrastados por uma onda que os tragou analogamente do mesmo modo perverso em que foram incluídos os escravos na civilização brasileira: como párias. Vejamos como Graciliano Ramos percebeu este movimento e o expressou nas palavras de Paulo Honório:

(...) Essa gente faz o que se manda, mas não vai sem pancada. E Marciano não é propriamente um homem” (SB, 109-10)

Aqui a sincronia entre o cabra e o escravo é perfeita, ambos “necessitam” do açoite e, curiosamente, não são homens, mas coisas.

Podemos ainda buscar outro exemplo a título de ilustração e, dado o nosso modesto propósito, gostaríamos que fosse encarado com muita cautela. Em algumas passagens de *São Bernardo*, o narrador lembra que tudo começou com *cem mil réis* emprestados de um agiota. A necessidade desta (re) afirmação por parte de Paulo Honório, talvez possa ser encarada como premissa à compreensão de seu mundo. O exemplo do bom empreendedor é transformar uma dívida num capital quando

não se tem, claro, terras para cercar. Pode parecer absurdo, mas se uma das formas de compreensão do capitalismo é entender como ele “surge” das entranhas do não capitalismo - da entropia do modo de produção feudal -, também para compreender a ascensão de Paulo Honório, é válida a mesma regra.

Nesse sentido, das referências específicas sobre o romance, talvez a que melhor respondeu aos nossos propósitos foi a leitura de Antonio Candido. Em *Ficção e Confissão*, o autor ressalta a importância do meio social, ou melhor, do momento social em que viveu Graciliano Ramos, mas sem perder de vista as próprias convicções intelectuais – e políticas – do romancista. A confissão, neste caso, está justamente na criação artística do autor de *Angústia*.

Segundo as idéias de Antonio Candido, ao criar seus personagens – temperados de fortes traços psicológicos - e inserí-los em situações dramáticas, Graciliano Ramos não só se mostra um exímio “escavador” do tecido social, mas um escritor de refinada *percepção literária do mundo sensível*. Antonio Candido sugere que os romances de Graciliano Ramos são *experiências com a vida, manipulando dados da realidade com extraordinário senso de problemas*. Nesta perspectiva, pontua alguns elementos com a intenção de compreender melhor esta qualidade de Graciliano Ramos.

A experiência da vida social levou-o à mencionada repulsa pelas normas, incompatibilizando-o com a sociedade que elas regulam. A leitura de seus livros mostra que, antes de qualquer adesão ao comunismo, já havia na sua sensibilidade a inconformada negação da ordem dominante e certa nostalgia de humanidade depurada, que formam o que foi designado como o seu fundamental anarquismo. A adesão representa precisamente aspiração a uma sociedade refeita segundo outras normas, e portanto completa de modo coerente a sua negação do mundo, indicando que ela era, na verdade, negação de um determinado

A citação acima pode bem ilustrar uma das fortes razões que nos levaram a eleger Paulo Honório dentre o manancial de personagens de Graciliano Ramos. De seus outros heróis problemáticos - João Valério, Luiz da Silva, Baleia etc. -, Paulo Honório é o único que efetivamente se torna um burguês. E talvez por ter se tornado um burguês é que as frustrações com o mundo que o cerca ganham novos coloridos, principalmente nos tensos momentos dramáticos do romance. Possivelmente, ao consubstanciar num próspero empreendedor agrícola sua crítica anti-burguesa, Graciliano Ramos, dessa forma, intentasse em percorrer, na íntegra, toda a trágica dinâmica do homem no capitalismo: a sua ascensão, o seu apogeu e a sua queda.

Mais uma vez vale ressaltar que nossa operação se resumiu ao personagem tão-somente, não pretendíamos construir uma crítica literária, nem um ensaio de cunho sociológico sobre o autor e sua produção romanesca. Mesmo assim, ao partir desta premissa, não descartamos o papel essencial que as posições políticas e intelectuais tiveram na vida e na obra de Graciliano Ramos.

Nossa análise procurou demonstrar como o personagem central do romance, Paulo Honório, sintetiza um tipo social historicamente determinado: o *coronel-burguês*. Sobre esta manifestação tipológica determinada, podemos afirmar, com muito cuidado, que sua realização somente foi possível graças ao meio social que o Nordeste brasileiro consolidou e às práticas políticas tradicionalmente impostas pelo alto.

Durante o secular processo de sedimentação das estruturas sociais brasileiras surgiu, em dado momento, o “coronel”². Dentre as várias facetas que formam

a figura do coronel, uma se destaca, na medida em que deita suas raízes num sentimento típico que extrapola os limites de uma colônia de exploração: o ser servido, o ser obedecido, o ser respeitado e o ser temido por muitos. Neste sentido, não podemos entender o “coronel” ou aceitá-lo simplesmente por uma “versão melhorada” ou conseqüência natural do senhor de engenho, mesmo quando algumas características nos apontam nesta direção.

Para muitos, entretanto, o proposto tipo social *coronel burguês* talvez não represente alguma novidade. À primeira vista, pode parecer a simples junção de dois tipos sociais distintos: o burguês e o coronel. Por outro lado, não basta dizer que nosso objeto de análise é, em si, uma manifestação tipicamente burguesa carregada em vários momentos por características próprios do coronelato.

Preocupados em dar sentido à tipologia *coronel burguês*, foi necessário que nos detivéssemos sobre alguns aspectos de nossa formação social e nos debruçássemos, também, sobre as raízes rurais da sociedade brasileira. Raízes que tiveram suas origens num passado remoto, mas dada a vivacidade com que se apresentam muitos de seus traços, muitas vezes sugerem ser elas próprias o vínculo, o instrumento da manifestação de elementos modernos. Vejamos isto mais de perto.

A estrutura social brasileira erigida sobre a base produtiva da grande propriedade monocultora objetivava o suprimento de um mercado longínquo. A realização deste particular projeto agro-exportador imprimiu, com o passar do tempo, características próprias e determinantes de um estilo de vida e de um padrão administrativo pouco respeitoso da coisa pública.

Isto se deve em grande medida à organização interna da produção colonial. Tal organização marcou a fundo as relações travadas entre os diversos segmentos sociais que configuraram o sistema colonial luso-brasileiro. A aventura portuguesa em fornecer produtos tropicais ao refinado paladar europeu, utilizando o trabalho escravo e mantendo-o a ferro e fogo na base de uma pirâmide social, foi possível graças, também, à coesão das articulações locais do senhor de engenho.

Estas relações “senhoriais” ungidas por um forte personalismo migravam de uma ponta a outra do sistema colonial mercantilista. Significavam, pois, a cooptação de seus subordinados (escravos e trabalhadores) e seus credores (comerciantes europeus). Já na obra de Antonil³, encontramos a sugestão de como a *célula* engenho-de-açúcar compõe-se por uma organização social específica e cimentada pelo paternalismo senhorial.

Da Europa, passando pelo Brasil, foi a cultura da cana-de-açúcar o fator que muito contribuiu para o desenvolvimento da região nordestina - além da extração de pau-brasil que se operou no início da colonização ao longo do litoral nordestino. O papel atribuído ao Brasil-Colônia podia ser traduzido como uma fonte principal de acumulação primitiva do capital europeu. Nos séculos XVIII e XIX, a Revolução Industrial e as guerras européias influíram diretamente sobre a produção colonial. Estes acontecimentos valorizam os produtos tropicais, dentre eles o algodão que, com os progressos técnicos surgidos na Inglaterra, vieram a substituir boa parte das fazendas de linho e lã européias⁴.

E mesmo considerando o lucro que rendeu a cana-de-açúcar, *mais que a mineração do ouro*, foi notável o desenvolvimento e o interesse de grandes e pequenos proprietários na cultura algodoeira. A “luta” pelas melhores terras nordestinas entre as culturas fundamentava-se nos fatores externos - demanda no mercado europeu, guerras e revoluções em outras colônias produtoras -, e internos - a oportunidade de ascensão social que o algodão representou para os indivíduos. Daí a expressão de Manuel Correia de Andrade “brancos do algodão”⁵.

Apesar das condições de enriquecimento e de prosperidade dos negócios surgidas no Brasil, principalmente no limiar do século XX, não foi possível aos novos elementos romper com o orquestramento e com a dependência externa. Desta perspectiva, aqueles novos agentes sociais muito pouco contribuíram para criar condições de superação da velha ordem colonial. Em *Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Prado Jr. enfatiza a não superação do passado colonial pelas transformações no interior da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que desvenda as forças essenciais que atuaram na formação e construção nacional. O início do século XIX é o ponto de partida de sua análise. Para ele, este período apresenta uma síntese do trabalho colonizador português que, àquela época, cessara todas as suas possibilidades de dar frutos.

O autor de *A Revolução Brasileira*, destaca os aspectos econômico e material para entender a sociedade: as formas sociais e econômicas de sobrevivência por ele assinaladas definem um conjunto de instituições, idéias e modos de viver. Desta forma, as questões referentes ao trabalho escravo e à propriedade da terra, constituem

denominadores comuns a outros aspectos fundamentais da sociedade, nas próprias palavras do autor,

(...) o que (...) caracteriza a sociedade brasileira em princípios do séc. XIX, é a escravidão. (...) Organização econômica, padrões materiais e morais, nada há que a presença do trabalho servil, (...) deixe de atingir.

(...) a escravidão (...) nada mais será que um recurso de oportunidade de que lançarão mão os países da Europa a fim de explorar comercialmente os vastos territórios e riquezas do Novo Mundo⁶.

Desta síntese nasce nossa contemporaneidade. Para Florestan Fernandes a Independência é o início do processo revolucionário burguês no Brasil⁷. De síntese à plataforma, valemo-nos, em todo o caso, da ambigüidade que este processo de sedimentação das estruturas brasileira apresentou, na medida em que, possibilitou a existência do trabalho escravo institucionalizado e um espaço livre capitalista.

Ancoradas em três elementos - a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo -, as atividades econômicas implantadas na colônia garantiam a sobrevivência do colonizador e o sucesso da empresa capitalista; e somente com a grande lavoura no Nordeste e a mineração no Centro-Oeste do território, é que tais objetivos foram alcançados em plenitude. As formas e maneiras de exploração econômica, de interiorização do povoamento do território, de constituição da estrutura da sociedade (incluindo aí a esfera administrativa) e a trajetória de transformações sociais sem ruptura, modelaram uma estrutura fundada num certo tipo de dominação que impediu a institucionalização de conflitos reais.

Entretanto, esta impossibilidade de uma real eclosão de conflitos não impediu o desenrolar de tragédias individuais e ebulições sociais as quais, se não

indicavam com certa clareza, quiçá apontavam para um destino cruel e perverso. Assim, os dramas humanos e os efeitos da incipiente industrialização que a sociedade brasileira presenciou na década de 30, cautelosamente possam vir a confirmar a idéia que, para nós brasileiros, a modernização representou, para além dum infausto caráter, um leque conseqüências muitas vezes desastrosas. *São Bernardo*, como já salientamos, surgiu neste momento e, apesar do tempero regional - a história se passa em Viçosa (AL) -, o romance trata de questões universais partindo do complexo cenário de relações sociais profundamente tensas. *São Bernardo*, talvez possa, ainda que não seja este seu objetivo, expressar uma regra universal em situações típicas e em locais determinados onde a força do capitalismo apenas acomodou sua razão econômica, não conseguindo eliminar outros "obstáculos" irracionais, pessoais; ao contrário, foi por estes últimos incorporado para renascer sob uma nova forma: o mecanismo do mando. Talvez não fosse possível de outra maneira. Sob a linha do Equador (e um pouco acima também), a própria modernização se apresenta como momento trágico.

Nesse tempo eu não pensava mais nela, pensava em ganhar dinheiro

A intenção deste brevíssimo exercício não se ateve necessariamente ao corte histórico, já que nossa análise se debruça num instante bem posterior à Colônia ou à Independência. Mas a idéia desta reflexão partiu da necessidade de nos apoiarmos no sentido da síntese. Para nós, a década de trinta (e aí emprestamos a fórmula de Caio Prado Jr.) se mostrou um momento em que a obra republicana, ou melhor, a ordem oligárquica dava sinais de esgotamento e, talvez por isso, tal ordem exigisse novas rearticulações, que evitassem um brusco rompimento. Ou ainda, que permitissem um novo orquestramento das forças sociais e políticas que estavam em jogo - já que elas próprias não evitariam a ruptura.

São Bernardo emergiu neste momento e retrata a situação do herói que encarna a regência de um concerto que se traduz no trágico destino humano no mundo capitalista. Graciliano Ramos ao traçar o destino do herói extremamente vinculado às relações de propriedade, ao sentimento de posse e à realização individual através do lucro, talvez intentasse ressaltar sob determinado prisma algumas possíveis conexões entre o meio, o homem e sua concepção de mundo. Propomos, assim, uma leitura sociológica direcionada pela análise dos nexos entre a violência, o egoísmo, o domínio e a intolerância, contidos nas ações do herói, pois acreditamos que a leitura destes vínculos como pressupostos de análise possa servir ao entendimento de um dado momento histórico e, concomitantemente, a um certo período de nossa formação social e nacional - pressuposição naturalmente não explícita no enredo romanesco.

ações de Paulo Honório, que polariza e converge, num primeiro momento, suas forças a execução de um plano (o herói que constrói); para logo em seguida e da mesma forma, divergir seus ideais e sua concepção de (o) mundo em várias direções. Neste sentido e dado a circunstância em que ocorre esta ruptura no romance, sela-se a sorte do anti-herói de *São Bernardo* (e anti-herói porque desmancha e destrói). Mas curiosamente é neste mesmo momento que o personagem, como dizíamos acima, rompe com sua própria reificação. E ao compreender isso, podemos entendê-lo novamente como herói. E tudo isso graças, em boa medida, a violência intrínseca na personalidade de Paulo Honório, manifesta em suas ações e envolta em seus pensamentos.

A voz de Madalena continua a acariciar-me. Que diz ela? Pede-me naturalmente que mande algum dinheiro a mestre Caetano. Isto me irrita, mas a irritação é diferente das outras, é uma irritação antiga, que me deixa inteiramente calmo. Loucura estar uma pessoa ao mesmo tempo zangada e tranqüila. Mas estou assim. Irritado contra quem? Contra mestre Caetano. Não obstante ele ter morrido, acho bom que vá trabalhar. Mandrião!

Esta dinâmica confere a Paulo Honório um significado próprio. A violência quando voltada para fora é vontade e constrói destruindo, quando voltada para dentro é dissolução, e destrói construindo.

Calcados em tais idéias, somos levados a acreditar que a violência é, por excelência, um meio utilizado por Paulo Honório para alcançar seus objetivos. Querer contudo determinar qual tipo de violência ressalta ou tipifica mais ou menos as características do personagem é uma tarefa um tanto interessante.

(...) Contei rapidamente os caboclos que iam com ele, contei os meus e asseverei que a cerca não se derrubava. Explicações, com bons modos, sim; gritos não.

(...) Casimiro Lopes deu um passo; toquei-lhe no ombro e ele recuou. Mendonça compreendeu a situação, passou a tratar-me com amabilidade excessiva.

A violência neste caso, apesar de não se manifestar de forma explícita (fisicamente, por exemplo) fica muito evidente na tensão do diálogo entre Paulo Honório e um proprietário vizinho. Nesta passagem temos situações e elementos nos quais o medo, a pressão momentânea e, principalmente, o que estava em jogo (a propriedade da terra) formam o arcabouço por que passam as ações dos personagens, de todos sem exceção.

Assim, o passo dado pelo “capanga”, os sinais entre os personagens e os olhares tensos, poderiam revelar no íntimo uma situação limite entre o crime e a legalidade.

(...) A nossa conversa era seca, em voz rápida, com sorrisos frios. Os caboclos estavam desconfiados. Eu tinha o coração aos baques e avaliava as conseqüências daquela falsidade toda. (SB, p. 26/8).

Vale lembrar que é justamente a partir deste indigesto encontro que Paulo Honório começa a elaborar um (outro) assassinato. E assim, o herói narra o início de sua ascensão social. Seu êxito. Sua perspicácia como empreendedor e homem econômico.

(...) comecei a vida com cem mil-réis alheios. (...) Pois esticaram como borracha. (...) cem mil-réis que o ladrão do Pereira me emprestou. Usura de Judeu, cinco por cento ao mês (SB, p. 105).

Não obstante os negócios arriscados e o sucesso das várias empreitas que o herói habilmente narra, ao mesmo tempo ele também ressalta o esforço despendido para conseguir tal feito. Talvez assim conseguisse justificar, ainda que debilmente, a prática de seus atos muitas vezes escusos. Sempre que lhe convém, Paulo Honório deixa claro que nada em sua vida veio fácil ou caiu do céu:

(...) houve dificuldades medonhas. Plantei mamona e algodão, mas a safra foi ruim, os preços baixos, vivi meses aperreado, vendendo macacos e fazendo das fraquezas forças para não ir ao fundo. Trabalhava danadamente, dormindo pouco, levantando-me às quatro da manhã, passando dias ao sol, à chuva, de facão, pistola e cartucheira, comendo nas horas de descanso um pedaço de bacalhau assado e um punhado de farinha (SB, p. 29).

Ainda em caráter introdutório, destacamos outra preocupação ao ler *São Bernardo*.

Tratando-se de narrativa ficcional a leitura de *São Bernardo* nos impôs, preliminarmente, duas questões metodológicas. Primeiro: como abordar sociologicamente a obra sem nos determos em sua estrutura formal e sem nos perdermos em sua narrativa?

Escolhemos partir do próprio personagem *inserido num meio social específico e determinado* como instrumento ao entendimento do romance em seu aspecto essencial. Dito de outra forma, em sua essência o núcleo do romance aparece relacionado aos destinos dos vários indivíduos - encarnados em personagens - reunidos em torno de um ideal expresso, em princípio, na vontade absoluta do narrador Paulo

Honório. Nos inspiraremos numa premissa de Lukács: *A verdade da evolução social é em si mesma a verdade dos destinos individuais*⁸.

Com base nesta premissa tentaremos entender a segunda questão. Seguindo em linhas gerais o pressuposto acima referido procuramos apreender, em *São Bernardo*, o modo como Graciliano Ramos capta e percebe, no romance, algumas relações entre forças contraditórias na sociedade brasileira. Ao eleger para o drama um personagem imbuído de forte sentimento de propriedade, de posse, Graciliano Ramos talvez quisesse enfatizar a fragilidade de uma sociedade calcada em velhas estruturas de poder herdadas da Colônia e do Império. Estruturas cimentadas não mais pelo trabalho escravo, mas pela maneira brutal de exploração da mão-de-obra assalariada, traduzida, em boa medida, pela cultura de baixos salários e pela falta de valorização do trabalho.

As manifestações do personagem Paulo Honório reúnem as virtudes burguesas⁹ - racionalidade, cálculo de riscos e operações -, fortemente permeadas pela cordialidade¹⁰, visíveis em suas relações de dominação pessoal. Burguês e coronel encarnados num único sujeito. Pensado assim, Paulo Honório pode representar um tipo social específico e somente possível de florescer sob uma economia capitalista heteronômica numa sociedade onde as transformações políticas e sociais foram incapazes de romper com os laços que a prendiam ao passado¹¹.

Mas para que possamos dar sentido ao proposto, é necessário e fundamental para este trabalho destacar a dimensão agro-exportadora da economia brasileira - substrato material à edificação do tipo social em foco: o *coronel burguês*.

Procuramos buscar em nossas raízes elementos que assinalam para o fato do cenário rural centrado na grande propriedade, propiciar a gênese, a composição e a decadência do personagem Paulo Honório.

Outro forte motivo ao elegemos o romance *São Bernardo*, foi por ter sido escrita num fundamental momento histórico. Exatamente a época em que o espírito de enriquecer e a sede do ganho, alastraram-se por toda a sociedade brasileira como nunca antes houvera ocorrido. A burguesia - “congérie social” que existia no Brasil até este momento e a partir daí -, sedimenta-se e cristaliza-se em sua própria importância econômica e histórica. Como bem assinalou Florestan Fernandes:

O “burguês”, que nascera aqui sob o signo de uma especialização econômica relativamente diferenciada, iria representar, portanto, papéis históricos que derivavam ou se impunham como decorrência de suas funções econômicas na sociedade nacional. Ele nunca seria, no cenário do Império, uma figura dominante ou pura, com força socialmente organizada, consciente e autônoma ¹².

Também na mesma direção, podemos observar em Caio Prado Jr. em “A República Burguesa”, ao se referir sobre o período aqui estudado:

(...) A República agiu como bisturi num tumor já maduro; rompeu bruscamente um artificial equilíbrio conservador que o Império até então sustentara, e que dentro de fórmulas políticas e sociais já gastas e vazias de sentido, mantinha em respeito as tendências e os impulsos mais fortes e extremados que por isso se conservavam latentes. (...) No terreno econômico, se mantivera no entanto na sombra de um espírito que se não era novo, se mantivera no entanto na sombra e em plano secundário: a ânsia de enriquecimento, de prosperidade material. (...) O contraste destas duas fases, anterior e posterior ao advento republicano, se pode avaliar, entre outros sinais, pela posição respectiva do homem de negócios, isto é, do indivíduo inteiramente voltado com suas atividades e atenções para o objetivo único de enriquecer ¹³

A leitura de *São Bernardo* talvez não revele de imediato as articulações entre nossa herança colonial escravocrata e o “espírito burguês”¹⁴. Mas sem este pano de fundo, a trama romanesca perde o seu sentido universal. E já que defendemos este recorte, ou seja, da composição universal de *São Bernardo*, vale dizer que por mais atributos regionalistas que alguns críticos – em especial aqueles contemporâneos da obra – apontaram, ela não deixa de ser (e o faz muito bem) expressão de um lugar-tenente de seu tempo. Graciliano Ramos ao se inserir elementos regionais não os trata apenas como expressões regionais mas os articula com um movimento mais amplo.

Assim, como anteriormente sugerimos, ao retratar as articulações do poder ou as relações de mando do personagem, o autor não quer apenas temperar seu enredo. Isso sim configuraria a narrativa um forte traço regionalista, portanto uma operação da realidade mais limitada, local. Ao contrário dos que viram em Graciliano Ramos um escritor regionalista, nós tentamos mostrar que ao abordar o desejo de enriquecimento, a presença o cálculo puro e simplesmente utilitarista bem como as práticas coronelistas de Paulo Honório, o autor acentua e revela um aspecto realista muito mais universal e aproxima sua obra a outros romances maiores e mais universalistas.

Ancorados nesta idéia, encontramos em Alfredo Bosi a seguinte definição:

(...) o romancista encontra (...) a melhor fórmula de fixar as tensões sociais como “primeiro motor” de todos os comportamentos. Esta a conquista de Graciliano: superar na montagem do protagonista (...) o estágio no qual seguem caminhos opostos o “painel da sociedade” e a sondagem moral. Daí parecer precária, se não falsa, a nota de regionalismo que se costuma dar a

obras em tudo universais como São Bernardo e Vidas Secas. Nelas, a paisagem capta-se menos por descrições miúdas que por uma série de “tomadas” cortantes; e a natureza interessa ao romancista só enquanto propõe o momento da realidade hostil a que a personagem responderá como lutador em São Bernardo, retirante em Vidas Secas, assassino e suicida em Angústia¹⁵.

Talvez não seja preciso citar outra passagem de *São Bernardo* para demonstrar uma série de “tomadas” regionalistas. Basta, para isso, lembrarmos da cena descrita no trem, num diálogo entre Paulo Honório e d. Glória, tia de Madalena. O cenário se mistura ao diálogo com tanta força e rapidez que, aos mais distraídos, isso passa despercebido. Aqui nos permitimos outra analogia inspirados na citação acima. Talvez seja a forma de narrativa em Graciliano Ramos, mais uma prova do seu universalismo. Invertamos a pergunta, quem hoje em dia seria capaz de descrever com uma riqueza de detalhes os caminhos que percorrem ao ir para o trabalho ou se aperceber da variedade extremamente rotativa de sinais e cartazes típicos dos grandes centros urbanos? Essa memorização no mundo moderno é desnecessária, mas em outros tempos isso era essencial para se chegar ao destino desejado.

¹ CANDIDO, Antonio — *op.cit.*, pp. 66-67.

² Existe uma longa bibliografia relacionada ao coronelismo. Entendemos por “coronelismo”, as formas de expressão do poder típica de nosso país. O “coronel” era integrante de uma elite controladora do poder econômico, político e social no país, - um oligarca - assim, o significado da expressão “coronel” definiu-se, principalmente, pelas suas características políticas. O *coronelismo seria uma forma de adaptação entre o poder privado e um regime político de extensa base representativa*. PEREIRA DE QUEIROZ, M.I., “O coronelismo numa interpretação sociológica” in FAUSTO, Boris (Dir) *História Geral da Civilização Brasileira*, 5ª ed., RJ, Bertrand Brasil, Tomo III, 1º vol, pp. 153/190.

Para Basílio de Magalhães - O vocábulo “coronelismo”, introduzido desde muito em nossa língua com acepção particular, de que resultou ser registrado como “brasileirismo” nos léxicos aparecidos do lado de cá do Atlântico, deve incontestavelmente a remota origem do seu sentido traslado aos autênticos ou falsos “coronéis” da extinta Guarda Nacional. Com efeito, além dos que realmente ocupavam nela tal posto, o tratamento de “coronel” começou desde logo a ser dado pelos sertanejos a todo e qualquer chefe político, a todo e qualquer potentado. Até à hora presente, no interior do nosso país, quem não for diplomado por alguma escola superior (...) gozará fatalmente, na boca do povo, das honras de “coronel”. (...) Eram, de ordinário, os mais opulentos fazendeiros ou os comerciantes e industriais mais abastados, os que exerciam, em cada município, o comando-em-chefe da Guarda Nacional, ao mesmo tempo em que a direção política, quase ditatorial, senão patriarcal, que lhes confiava o governo provincial. (...) Homens ricos, ostentando vaidosamente os seus bens de fortuna, gastando os rendimentos em diversões lícitas e ilícitas, - foram tais “coronéis” os que deram ensejo ao significado especial que tão elevado posto militar assumiu, designando demopsicologicamente “o indivíduo que paga as despesas” - citado em nota explicativa-introdutória ao primeiro capítulo “Indicações sobre a estrutura e o processo do “coronelismo” in: NUNES LEAL, Victor. - *Coronelismo, Enxada e Voto*, 3ª ed., RJ, Nova Fronteira, 1997.p. 39.

Na mesma obra, o autor define o fenômeno do coronelismo como um complexo de características da política municipal resultante da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É ante uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa, o autor nitidamente observa a relação do poder público com o poder privado. Um “compromisso” entre ambos, uma “troca”; além do mais, não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado, e continua Nunes Leal, os chefes políticos municipais nem sempre são autênticos “coronéis”, o fato relaciona-se ao maior número de doutores, médicos, advogados que o ensino superior havia proporcionado a alguns indivíduos, entretanto, adverte, esses mesmos doutores, ou são parentes, ou afins, ou aliados políticos dos “coronéis” *op.cit.*, pp.20 e ss.

Também encontramos em LEÃO REGO, W.D. - “Contradições e crise da hegemonia burguesa - coronelismo e luta de classes” in *Estado e Revolução Burguesa no Brasil: um ensaio sobre a questão da hegemonia durante a Primeira República*, dissertação de Mestrado em Ciência Política, apresentada

ao Departamento de Ciências Sociais da FFLCH/USP - SP – 1981; a seguinte passagem elucidativa, o período histórico compreendido pela República Velha, a maioria da população brasileira residia no campo. (...) o coronelismo é um fenômeno eminentemente rural, o “poder do mando” do coronelismo necessariamente se vincula à grande propriedade (...) o grande proprietário territorial é um “coronel” quando existem relações de produção não capitalista - parceiros, agregados, etc., que configuram a prática de relações de dominação e dependência pessoal. Nesta medida, o “coronel”, esta figura “antiga”, numa formação social onde a maioria da classe trabalhadora está no campo, e submetida à sua dominação, ganha um peso político muito grande. Portanto, impõe-se para a fração burguesa hegemônica a aliança com o “coronel”. Como desdobramento lógico desta aliança, impõe-se também necessariamente a reprodução do coronelismo, sou seja, do fenômeno na sua totalidade: a reprodução da grande propriedade territorial não capitalista como suporte material para as relações de dominação e dependência pessoal entre os agentes do coronelismo (grandes proprietários de terras, parceiros e agregados; ainda sobre o poder de mando do coronel, destaca a autora, embora o “coronel” seja uma figura decadente, esta fragilidade econômica é o suporte da sua força política. É nesta direção que se pode examinar a natureza da prática política coronelista. A fonte da força política ideológica do “coronel” está justamente na vigência de relações sociais entre seus agentes que se cristalizam como relações de dominação e dependência pessoal. Ora, esta modalidade de relações constitui o fundamento da apropriação do sobretrabalho dos dependentes do grande proprietário territorial (o coronel). Daí o suposto de que a relação de dominação e dependência pessoal passa também, necessariamente, pela “coerção extra econômica” (o paternalismo, o compadrio, etc.), pp. 251/3, grifos meus.

Ainda com relação a este tema, também de muito interesse é o texto de OLIVEIRA, F. - “A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil” in FAUSTO, B. (dir) - *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, 1º vol, - O Brasil Republicano - 1. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930), 5ª ed., RJ, Bertrand Brasil, 1989; *A formação da burguesia agrária brasileira não se dá inteiramente no período circunscrito da República Velha; é claro que desde o Império essa burguesia está se constituindo, (...) no momento em que ela passa a ser a mediadora entre a força de trabalho e as forças produtivas e ao mesmo tempo destrói os mecanismos de “exclusivo comercial”. Mas ela somente se completa com burguesia agrária no momento da passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, mudando a forma e o conteúdo da apropriação do excedente do produto social, e no momento em que funda para si um processo de acumulação primitiva cuja expressão é o campesinato ou quase-campesinato e onde a apropriação do excedente, essa acumulação primitiva, se dá no nível ou na órbita da circulação, fundando os mecanismos de dominação social e política que repõem o econômico sob formas de coerção não econômica: o coronelismo e sua seqüelas, a meação, a parceria, o colonato, o barracão.* (pp.407/8).

³ ANTONIL, João André - *Cultura e Opulência do Brasil*, 3a. Ed., BH, Editora Itatiaia; SP, EDUSP, 1982. Antonil talvez possa ser tomado como um dos primórdios na tentativa de compreensão do ideal desta terra: um império colonial com vista ao mercado externo. A obra setecentista detalha com maestria os instrumentos utilizados na organização do processo produtivo colonial. Descreve minuciosamente as etapas da produção de açúcar, destacando ainda a presença e a influência do potentado local apoiado sobre a propriedade de grandes extensões territoriais. Possivelmente, a obra de ser interpretada como uma avaliação individual de custos e benefícios do empreendimento colonial, quer seja da produção de açúcar, da mineração ou do simples extrativismo; sua riqueza em detalhes técnicos e financeiros,

também pode ser encarada como a incipiente expressão da “substância vital à alma dos mercadores e negociantes”: a *virtude burguesa*, ainda que sob uma ética católica.

⁴PRADO JR, Caio - *Formação do Brasil Contemporâneo*, 20a. Ed., SP, Brasiliense, 1987, pp. 131.

⁵CORREIA DE ANDRADE, M. - in *A Terra e o Homem no Nordeste*, 2a.ed., SP, Brasiliense, 1964. Ao lado dos canaviais, outras atividades econômicas feitas em menor escala e ocupando áreas ainda não disputadas pela cana, tinham, então, alguma importância.(...) graças à descoberta da máquina à vapor, o algodão passou a ser largamente consumido na Europa pela florescente indústria de tecidos. Quem estudar a história econômica do Nordeste verá que ela se resume nos dois últimos séculos, numa luta entre a cana-de-açúcar e o algodão. Conforme as solicitações do mercado externo e a oscilação dos preços, a cana-de-açúcar, partindo das áreas mais úmidas onde dominava, avançava por áreas de clima menos úmido, que por sua vez eram disputadas pelo algodão, dominantes nas regiões semi-áridas, quando os preços subiam e os do açúcar baixavam (p.72). A cultura algodoeira feita no Nordeste desde o início da colonização, teve uma fase de estagnação durante o século XVII e a primeira metade do século XVIII. Desenvolveu-se, depois, em função da fabricação de tecidos ordinários usados na vestimenta dos escravos e mais ainda, em consequência da revolução industrial, com o desenvolvimento da indústria têxtil que então se processava na Inglaterra. Portugal como usufrutuário de nossas riquezas, ganhando somas enormes como intermediário entre o Brasil e a Inglaterra, estimulou a cultura deste produto e criou em 1751, uma estação de Inspeção do Algodão e, logo após, uma Alfândega do Algodão. Sua cultura que se iniciara na região úmida, logo se propagou para o Agreste e o Sertão como que repelida pela cana e pelo clima. Mas, se nas épocas de baixa do preço, o algodão recuava para o Agreste, deixando a Mata livre para a cana, quando subia o preço ou quando havia crise na indústria açucareira, a cultura do algodoeiro avançava em direção ao litoral. Sendo cultura de ciclo vegetativo curto e produto industrializado por comerciantes estabelecidos em vilas e povoações, às vezes, até em engenhos e usinas (...) Cultura fácil, barata, democrática, deixava-se associar à fava, ao feijão e ao milho, fornecendo o roçado ao pequeno agricultor, a um só tempo, tanto produto para a venda como alimentos. O seu curto ciclo vegetativo requeria apenas poucas limpas ou capinas, conseqüentemente, não ocupava braços durante o ano todo como ocorria com o açúcar. (...) Daí a cultura do algodoeiro na segunda metade do século XIX quase não usar o trabalho escravo, sendo preferível pagar a moradores as fainas agrícolas mesmo quando a procura de braços tornou-se grande e a mão-de-obra, insuficiente, provocou a ascensão dos salários até mil-réis diários. (...) Produto leve, o algodão era facilmente colhido por mulheres e crianças; daí uma série de vantagens para enfrentar a cana nas ocasiões em que o mercado europeu necessitava de algodão. (...) Grande expansão teve a cultura algodoeira durante a guerra de Secessão, quando os EUA não podiam atender ao mercado europeu. Nessa ocasião o algodão avançou pelo Vale do Paraíba, dividiu com a cana as terras drenadas (...) Nessas regiões ele não só disputou terras à cana, como tornou os engenhos empresas híbridas, uma vez que mantinham junto às suas “moitas”descaroçadores de algodão. Muitos moradores pobres - mulatos, caboclos, ou mesmo negros - enriqueceram cultivando algodão e ascenderam socialmente, foram os chamados “brancos do Algodão”(pp. 90 e ss).

⁶PRADO JR, Caio - *op.cit.*, pp. 269/70

⁷ Florestan Fernandes - *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, 3ª ed., RJ, Guanabara, 1987.

⁸ LUKÁCS, G. - “¿Narrar o Describir” in *Problemas del Realismo*, Mexico, Fondo de Cultura Económica, pp. 183.

⁹ *Aquela composição que nós chamamos atualmente de “espírito capitalista” é no mais, o espírito de empreendedor e do instinto de aquisição, ou amor pelo ganho, uma quantidade de outras qualidades psíquicas que destaco num certo conjunto, sob a designação de “virtudes burguesas”; Sombart acredita que a primeira manifestação destas virtudes burguesas data do século XIV em Florença, as quais sofreram modificações ao longo da história e experimentou influências culturais nos diversos lugares para onde migrou; os princípios de uma existência burguesa bem ordenada, discreta, fundada sobre uma certo conjunto de conveniências, signos de bom comportamento e de distinção, formam desde 1465 a substância vital da alma dos mercadores de lã e dos negociadores florentinos. SOMBART, W. *Le Bourgeois. Contribution a l'histoire morale et intellectuelle de l'homme économique moderne*, Paris, Petit Bibliothèque Payot, 1966 (minha tradução, p.103).*

¹⁰ Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda pauta-se na análise tipológica de pares sociais na formação da sociedade brasileira, apontando as diferentes dimensões que a contornam. Os tipos aparecem aí como produtos de uma dinâmica histórica social da formação nacional: a expansão mercantil europeia. Concorrem para esta formação, o sistema agrário extensivo, expansivo e predatório, a forma de ocupação e exploração do território, que articulam-se e traçam o conteúdo das ações definitivas do brasileiro sem tradição agrícola, mas rural - vinculado à expansão agrária e mercantil e com vistas à realização do lucro fácil.

Não é certo que a forma particular assumida entre nós pelo latifúndio agrário fosse uma espécie de manipulação original, fruto da vontade criadora um pouco arbitrária dos colonos portugueses. Surgiu, em grande parte, de elementos adventícios e ao sabor das conveniências da produção e do mercado. Nem se pode afiançar que o sistema de lavoura, estabelecido, aliás, com estranha uniformidade de organização, em quase todos os territórios tropicais e subtropicais da América, tenha sido, aqui, o resultado de condições intrínsecas e específicas do meio. Foi a circunstância de não se achar a Europa industrializada ao tempo dos descobrimentos, de modo que produzia gêneros agrícolas em quantidade suficiente para o próprio consumo, só carecendo efetivamente de produtos naturais dos climas quentes, que tornou possível e fomentou a expansão desse sistema agrário.- HOLANDA, Sérgio Buarque de. - *Raízes do Brasil*; prefácio de Antônio Cândido, 23ª ed., RJ, José Olympio, 1991, pp. 16/17. A preocupação para Sérgio Buarque de Holanda, já não é (e nem poderia ser) a simples engenharia de uma sociedade incipiente, na qual a suntuosidade de fazendas de senhores de engenho, nobres e fidalgos, salta aos olhos do sóbrio observador estupefato com a “doçura” da cana. Após dois séculos de construção nacional, a composição e o orquestramento da sociedade brasileira apontavam para uma perspectiva diversa daquela dos tempos de Antonil. Diversa, mas ainda guardando “dimensões remodeladas” em vários aspectos e segmentos sociais, ao confrontar alguns “costumes” ou “hábitos” existentes no cotidiano brasileiro, talvez seja possível evidenciar que práticas “cordiais” seculares persistiram e perpassaram por muitos setores de nossa vida pública e privada. Cautelosamente, podemos pensar que a incorporação da cordialidade no processo de sedimentação do espaço público, por exemplo, transformou-se num sério obstáculo para o desenvolvimento de uma sociedade democrática ao impossibilitar práticas populares, sujeitando as relações sociais ao âmbito patriarcal, familiar e de compadrio, enfim, ao domínio privado. O homem cordial traz consigo a forma de manifestação deste

domínio: todo o sistema de colonização impunha uma dinâmica que eliminava a possibilidade de outras alternativas. A cordialidade brasileira na medida em que fora fundada num conjunto formado pela fusão de vários fatores - econômicos, culturais, climáticos, raciais e religiosos - pode ser tomada como herança viva e ainda presente na sociedade brasileira. Os “novos tempos” iniciados em 1888, surgidos com a primeira ruptura política e econômica na vida tradicional brasileira, não foram capazes de minar esta já arraigada e tradicional faceta sócio-cultural. Talvez o ideal liberal de liberdade civil e contratual da mão-de-obra, tenha contribuído para a dissolução das raízes eminentemente rurais e coloniais da sociedade brasileira mas não conseguiu eliminá-las por completo. Rompeu em definitivo com a dependência quase que irrestrita de todos os veios sociais do setor agro-exportador. A Abolição neste sentido, representou, segundo Sérgio Buarque de Holanda, o primeiro passo dado aos ideais liberais situando, aos poucos, o setor agrícola como mais uma alternativa econômica, como um meio de vida, relegando sua secular peculiaridade frente as outras atividades produtivas. Muito embora a implantação de políticas de estímulo à agricultura e de novos impulsos aos meios de comunicação dentro e fora do território brasileiro, tivessem colaborado significativamente ao acúmulo de riquezas e fortunas ligadas àquelas atividades, Sérgio Buarque de Holanda pondera que o caminho aberto por semelhantes transformações só poderia levar logicamente a uma liquidação mais ou menos rápida de nossa velha herança rural e colonial, ou seja da riqueza que se funda no emprego do braço escravo e na exploração extensiva e perdulária das terras de lavoura.

Não obstante ao golpe liberal descerrado sobre o poder patriarcal rural da sociedade brasileira, a incompatibilidade do novo com o velho mostrou-se em cores mais fortes no âmbito da autoridade familiar. No interior da família colonial, a figura do *pater* representava o poder ilimitado que, concentrando o grupo “imerso em si mesmo”, menosprezava todo e qualquer poder externo que tentasse impor-se a ele. Tamanha a influência e prestígio da família colonial que o princípio de autoridade aí mostrava-se indisputado, fornecendo, de acordo com Sérgio Buarque de Holanda, a idéia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. As proporções então alcançadas por este sistema, *era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família*. Frente aos princípios elementares do liberalismo - uma teoria “despida de emotividade” -, a obediência patriarcal, por fincar raízes num estatuto imposto pela tradição, mostra-se um obstáculo ao pleno desenvolvimento das relações sociais num plano liberal. A cordialidade impedirá que um novo sistema, baseado num contrato entre iguais, germine na sociedade brasileira, mesmo porque, se o permitisse, estaria selando definitivamente a sua supremacia para a radical despersonalização dos valores morais que aqueles princípios reclamam.

Em seu capítulo final, a polarização entre o rural e o urbano pode ser vista como a “saída” de Sérgio Buarque de Holanda, para a teia cordial. A partir da diversificação da produção, da abolição da escravidão, com a Proclamação da República e, principalmente com o desenvolvimento da cidade, o brasileiro entrará em contato com impessoalidade e, neste sentido, se dessolidariza (como diria o poeta). O texto também sugere as diferentes sobrevivências de características agrárias da sociedade brasileira. Dentre elas, talvez a de maior destaque - por ser o ponto nevralgico da construção de Sérgio

Buarque de Holanda -, é a relação entre o público e o privado - numa condição de subordinação (ou mesmo de constituição) do primeiro pelo segundo, numa sociedade que não possibilitava a emergência de inserções específicas, em sentido profissionalizante - voltadas ao trabalho. Daí poder dizer do caráter formal da ação colonizadora portuguesa afeiçãoar-se, na visão de

Sérgio Buarque de Holanda, mais ao “aventureiro” que ao “semeador”. O liberalismo após 30, não superará o passado. A sobrevivência de um mundo de essência é a indicação de uma série de aspectos gestados historicamente e que perpassam os anos, as transformações e as várias inserções do país no quadro mundial - a fragmentação pela ruptura do código moral - talvez com uma democratização industrializante e a construção de um espaço público racional e democrático (ou burocráticos?) é que pode-se esperar uma superação e a completa extinção da cordialidade na “mentalidade” brasileira.

¹¹ A expressão *capitalismo como estilo de vida*, como definição de hábitos e valores é utilizada na consagrada obra de Florestan Fernandes - *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, 3ª ed., RJ, Guanabara, 1987, pp. 146. Perquirindo o significado para a realidade brasileira das noções de “burguês”, “burguesia” e “revolução burguesa”, Florestan procura *estabelecer preliminarmente certas questões de alcance heurístico*. Valendo-se das categorias de Sombart, o autor debruça sobre a especificidade da construção da sociedade de classes e da revolução burguesa no Brasil. Tais preocupações perpassam a primeira parte da obra voltada para o processo de Independência e o desencadeamento da revolução burguesa. Através de dimensões psicossociais, Florestan Fernandes penetra no universo valorativo e orientador das ações dos agentes envolvidos e aponta para o fato de *uma distorção inevitável* que a mentalidade econômica na colônia estava sujeita.

A ruptura do estatuto colonial - representante de interesses *de fora* em suas implicações econômicas, sociais e políticas -, ilustra o sentido das ações dos agentes envolvidos no processo de Independência. A formação da sociedade nacional - a internalização e a nativização dos centros de poder e dos círculos sociais que os controlavam -, trouxe consigo um elemento revolucionário ao nível da autonomização das estruturas de poder e, outro elemento conservador na medida em que descartou quaisquer medidas que pusessem em cheque a *ordem social* vigente. Mantendo uma certa estreiteza com o passado colonial - ao preservar seu substrato material, social e moral -, a sociedade nacional erigida privilegiou os interesses da grande lavoura, *interesses nacionais*, perpetuando a escravidão e tudo que a ela se relacionou de forma direta - através da extrema concentração da renda proporcionada por este sistema às elites agrárias bem como ao controle do poder por elas realizado; ou indireta - ao afetar as relações político diplomáticas mantidas com outros países, em especial a Inglaterra.

A partir deste ponto-de-vista, ou seja, do predomínio de influências histórico-sociais que Florestan Fernandes revela o caráter não revolucionário da Independência, já que confinavam a profundidade da ruptura com o passado. Por outro lado, a construção de uma sociedade nacional exigia certo grau de flexibilidade e autonomia, e os propósitos para este fim revelavam a faceta revolucionária da Independência. Emergiam novos valores orientadores da ação da *elite nativa*, a qual vestia a camisa da doutrina liberal reclamando para si a *livre competição* e produzindo *formas de poder especificamente políticas e organizadas lucrativamente*. Ao mesmo tempo, o que vigorava no interior das *relações sociais de produção* era a o retrato fiel de nosso passado colonial que as mesmas elites não conseguiram romper. Esta especificidade histórica de nossa formação social revela a característica *estrutural* de nossa revolução burguesa. *Sem a universalização do trabalho assalariado e a expansão da ordem social competitiva, como iríamos organizar uma economia de mercado de bases monetárias e capitalistas? Não tivemos todo o passado da Europa, mas reproduzimos de forma peculiar o seu passado recente, pois este era parte do próprio processo de implantação e desenvolvimento da civilização ocidental moderna no Brasil. Falar em Revolução Burguesa, nesse sentido, consiste em*

procurar os agentes humanos das grandes transformações histórico sociais que estão por trás da desagregação do regime escravocrata-senhorial e da formação de uma sociedade de classes no Brasil. FERNANDES, Florestan - *A Revolução Burguesa no Brasil; ensaio de interpretação sociológica*, 3ª ed., RJ, Guanabara, 1987, (pp. 20 e ss).

¹² A burguesia (e a ideologia liberal), nasce e impõe sua vontade primeiramente na Europa, sob condições materiais e “espirituais” dadas e determinadas por processos de desagregação do antigo regime. A burguesia, portanto, brota das fendas abertas na hermética sociedade feudal. Já o “coronel”, podemos vê-lo como um resultado de um processo de ebulição e desagregação do sistema colonial “transplantado” pelos portugueses para sua colônia americana - onde a base de organização econômica e social compunha-se de três elementos básicos: o escravo, o senhor de engenho e a grande propriedade fundiária. Todos comprometidos em suas funções para a produção de determinados artigos tropicais procurados no mercado exterior.

Na história econômica brasileira é possível que um aspecto, entre outros determinantes, se apresente em cores mais fortes: a *produção estruturalmente heteronômica, destinada a gerar riquezas para a apropriação colonial*, dentro da qual a figura do antigo senhor de engenho cumpre funções pré-determinadas por um agente externo - a Coroa. O senhor de engenho estava *inserido no processo de mercantilização da produção agrária; todavia este processo só aparecia como tal, aos agentes econômicos que controlavam as articulações das economias coloniais com o mercado europeu*, portanto para o senhor de engenho, o processo *reduzia-se, pura e simplesmente, à forma assumida pela apropriação colonial onde as riquezas nativas precisavam ser complementadas ou substituídas através do trabalho escravo*. Nesse sentido, ele ocupava uma posição marginal (...) e não era nem poderia ser o antecessor do empresário moderno (...) O que ele realizava como excedente econômico, portanto, nada tinha a ver com o “lucro” propriamente dito. Constituía a parte que lhe cabia no circuito global da produção colonial (...) exprimia a forma pela qual o senhor de engenho participava da apropriação colonial (através da expropriação de terras e do trabalho coletivo dos escravos). No conjunto, nada justificaria assimilar o senhor de engenho ao burguês e é um contra-senso pretender que a história da burguesia emerge com a colonização - FERNANDES, Florestan – op. cit. - pp. 16-17.

¹³ PRADO JR., C. - *História Econômica do Brasil*, 37a.ed., SP, Brasiliense, 1976, pp.205/17.

¹⁴ SOMBART, W. *Le Bourgeois. Contribution a l'histoire morale et intellectuelle de l'homme économique moderne*, Paris, Petit Bibliothèque Payot, 1966; p. 10/11 Em “O Papel del Empresario Capitalista” in SOMBART, W. *El Apogeo del Capitalismo*, México, DF, Fondo de Cultura Económica, (2 vol), 1984), podemos observar com relação à economia sua capacidade - do empresário - de *unificar capital e trabalho, determinar a direção e o volume da produção, estabelecer a relação entre a produção e o consumo*; muito mais que isso, a força que impulsiona a economia em geral é o próprio empresário, a única força “produtora”, ou seja a força realizadora, criadora, como se deduz imediatamente de suas funções (...) os fatores da produção, trabalho e capital, se encontram em uma relação de dependência frente a ele, adquirem vida por sua ação criadora (...) todos os inventos técnicos chegam a realizar-se graças a ele (minha tradução, p. 28).

¹⁵ BOSI, Alfredo – *História Concisa da Literatura Brasileira*, 3ª ed., SP, Cultrix, 1991, p.454.

Antes de iniciar este livro, imaginei construí-lo pela divisão do trabalho.

Continuemos a tratar de algumas considerações sobre o tema desta pesquisa à leitura de *São Bernardo*, romance de Graciliano Ramos. Nele, a maioria dos críticos apontam o trágico destino do personagem Paulo Honório como fruto de suas ações e idéias. O desejo de propriedade e a ânsia pelo lucro imprimem-lhe uma característica ímpar que, esbarrando no humanismo-transgressor de Madalena, termina por dissolver no ar as coisas e os homens. O arrependimento de Paulo Honório, sua busca por respostas à beira da loucura, conflitos internos e delírios; atestam, por fim, sua real condição de isolamento em seu pequeno mundo mesquinho¹.

Procedendo em harmonia com o essencial de tais idéias, reiteramos nosso propósito, ou seja, uma leitura sociológica do romance *São Bernardo*, objetivando entrever na arquitetura romanesca a “anatomia” do social (da sociedade em que se insere, portanto, o Nordeste brasileiro na década de 20-30), cuja dinâmica expressava-se no potencial de um poder que, se não era novo, adquiriu, durante aquele período, outra dimensão.

Dessa forma, consideramos o pressuposto histórico-concreto de *S. Bernardo*, calcado no movimento transitório da sociedade brasileira nos anos vinte - época em que S. Bernardo fazenda tornou-se modelo e exemplo para os fazendeiros vizinhos - e início de 1930, quando a Revolução de Outubro redefiniu os termos e modos do exercício do poder político descerrando o golpe final na prosperidade de S. Bernardo e Paulo Honório.

Este é, *grosso modo*, o pano de fundo utilizado por Graciliano Ramos ao retratar nesse romance questões universais, tais como o capital e o trabalho (assalariado e sub-assalariado); as relações inter humanas guiadas pelo desejo de posse e enriquecimento - muito generalizados. Estas questões, embora inseridas num universo restrito, isto é, a realidade local nordestina, expressam-se em personagens viventes numa realidade concreta encarnando posições socialmente determinadas, as quais Graciliano Ramos elegeu à composição do romance².

Padre Silvestre guardião da *“parte moral e as citações latinas”*; João Nogueira, advogado, representante da ordem, responsável pelas artimanhas forenses, talvez não fora à toa que tenha aceitado *“a pontuação, a ortografia e a sintaxe”*, para a composição inicial de São Bernardo-livro. Seria esse um dos méritos de Graciliano Ramos? Reproduzir no mínimo as ações típicas - as que imprimem significado - a um sujeito. Em *São Bernardo*, desde o início de sua apresentação, durante a trama e depois no seu fim trágico, o caráter de cada personagem explica-se não apenas tomando-os isoladamente, mas inseridos em situações-limite e, por isso, também impelidos a uma outra (re)definição alicerçada num princípio que já sabemos qual é³.

Paulo Honório, personagem central do romance, manifesta uma especial modalidade do fenômeno coronelista. Encarna algumas variações na medida em que o coronel é tido por sinônimo de atraso - conservação dos laços de dominação patriarcal.

Graciliano Ramos constrói, portanto, um coronel que cristaliza o “moderno” e o arcaico. Paulo Honório emerge como coronel utilizando-se tanto de instrumentos institucionais e pessoais típicos da sociedade local para exercer o mando,

como de recursos e artimanhas legais movidos em fórum. Entretanto, alguns de seus objetivos, muitas vezes, foram alcançados por sua ousadia e “visão”, as quais a maioria dos homens comuns, naquele contexto, talvez não possuísse⁴.

Ao que respeita fundamentalmente ao autor e à sua obra, consideramos esta questão sob dois pontos de vista que nos permitem, ainda que não venha ser nossa intenção, levantar algumas questões.

Se analisássemos *São Bernardo* sem relacioná-lo à realidade que expressa (o seu meio social), conferindo-lhe uma peculiaridade que o torna independente de quaisquer condicionamentos - separando sua forma de seu conteúdo -, faltamos em não considerar o que Antonio Candido chamou de “a dialética existente entre o *texto* e o *contexto* da obra”⁵. Por outro lado, tomando-o apenas como paralelo biográfico do autor, poderíamos nos enganar; já que este método não nos permitiria construir uma razoável base cognitiva ao entendimento e à compreensão de um possível e real significado da criação cultural⁶.

Quanto à obra, é muito importante situá-la partindo da reflexão de Lukács em *Narrar ou Descrever?*⁷ Ver em que sentido as relações sociais expressas no interior de *São Bernardo* constituem um conjunto “vivo” (que existe independente dos indivíduos - isolados - mas formado pela sua totalidade), atuante nos pensamentos e nas ações dos personagens, direcionando-os e, ao mesmo tempo, fazendo-se direcionar.

É mister também entender o destino dos personagens como produto do meio social em que vivem. Encarado como constituinte de relações antagônicas

travadas por agentes - sejam eles letrados ou analfabetos, ricos ou pobres, pretos ou brancos - inseridos numa determinada sociedade e época com seus valores, padrões e estilos.

São Bernardo, talvez por tudo isto, possa representar uma das obras literárias de grande teor realista da literatura nacional, na medida em que penetra nas determinações essenciais de nossa realidade, percebendo com clareza as forças antagônicas da sociedade brasileira e ressaltando a fragilidade de uma sociedade calcada em velhas estruturas de poder⁸ e, principalmente, em nossa forte herança cultural colonial e escravocrata.

A princípio o capital se desviava de mim, e persegui-o sem descanso...

Entrever em *São Bernardo* as articulações da nossa herança colonial escravocrata e o “espírito burguês”⁹ emergente na sociedade brasileira durante a última década da Primeira República, talvez seja compreender a coexistência de duas “mentalidades” as quais Graciliano Ramos percebe e constrói distinta e complementarmente. E assim o faz na medida em que as eleger pedras-angulares do drama romanesco.

Excetuando a distância temporal que nos separa da fatura do romance, a expressão a seguir, hoje em dia, ainda é muito corrente no mundo dos negócios: (...) *Aos Bancos solicitei empréstimos, ao governador comuniquei a instalação próxima de numerosas indústrias e pedi a dispensa de imposto sobre os maquinismos que importasse (SB, p.33).* Ao tom moderno do mundo dos negócios também se acrescentam todos os pormenores e situações típicas do “perseguidor do ganho”:

A princípio o capital se desviava de mim, e persegui-o sem descanso, viajando pelo sertão, negociando (...) ganhando aqui, perdendo ali, marchando no fiado, assinando letras, realizando operações embrulhadíssimas. (...) briguei com gente que fala aos berros e efetuei transações comerciais de armas engatilhadas (SB, p.14).

Graciliano Ramos nos oferece um personagem realmente muito próximo à tipologia *coronel burguês*. Paulo Honório, encarna uma das melhores representações deste tipo, tal qual podemos percebê-la expressa numa articulação entre “/es

vertus bourgeoises"¹⁰ e as práticas coronelísticas¹¹ do personagem-narrador.

(...) construir (...), plantar algodão¹², plantar mamona, levantar a serraria e o descaroçador, introduzir (...) a pomicultura e a avicultura, adquirir um rebanho bovino regular (SB, p. 11,).

Ou ainda:

(...) de volta da eleição, Mendonça recebeu um tiro na costela mindinha e bateu com as botas...

Na hora do crime eu estava na cidade, conversando com o vigário...
(SB, p.34)

Paulo Honório é um sujeito que atribui importância capital a alguns verbos. Construir, plantar, negociar, ganhar e, se preciso for, matar. Noutro extremo desta ciranda, o nosso herói também "concede a graça" de um casamento. Antes mais um afilhado que a certa perda de reses.

(...) um moleque de S.Bernardo fizera mal à filha do mestre de açúcar de Mendonça, e Mendonça, em consequência, metera o alicate no arame; mas eu havia consertado a cerca e arranjado o casamento do moleque com a cabrochinha¹³ (SB, p. 32).

O mundo e as coisas que cercam o personagem central da obra manifestam-se em cálculos e em raciocínios que visam um único e exclusivo objetivo: a posse de determinada coisa.

A paixão pelo ganho e a sede de lucro, são esses as vontades e os desejos de Paulo Honório. E, ao percebermos o ritmo acelerado com que ele narra suas aventuras imprimindo em si próprio um perfil dominador, "timoneiro", das coisas e dos homens¹⁴, cautelosamente, podemos afirmar que Paulo Honório reúne e expressa, sob

diversos aspectos, formas típicas deste espírito frio de empreendedor em sentido sombartiano. Ou melhor, nas palavras de Werner Sombart, um conjunto de qualidades psíquicas à realização de uma empresa qualquer,

(...) qualidades que variam, por um lado, com a natureza das diversas funções que se impõe ao empreendedor e, de outro, se diferenciam também em magnitude toda vez que as tarefas a executar são distintas em extensão segundo as dimensões da empresa. Portanto, todo empresário que quer triunfar (nos negócios) tem que possuir sempre estas três facetas: ser um conquistador, organizador e negociador¹⁵.

À exceção de dois capítulos, observamos estas qualidades do personagem Paulo Honório durante todo o romance. A isso Lafetá já havia chamado a atenção ao quarto capítulo e sua relação ao tema da posse, principalmente devido à precisão do tempo com que o autor procede para demonstrar com clareza o papel de “rolo compressor” em que Paulo Honório vai, aos poucos, se transformando¹⁶. E é justamente neste capítulo que a posse de S.Bernardo realiza-se, através dum plano minuciosamente elaborado:

(...) Para começar, Luís Padilha pediu oitenta contos.

- Você está maluco? (...) Respirei e ofereci trinta contos. Ele baixou para setenta e mudamos de conversa.

(...) Depois, com indiferença, insisti nos trinta e quatro e obtive modificação para cinquenta e cinco. (...) Cheguei a ameaçá-lo com as mãos. (...) O infeliz, apavorado, desceu a quarenta e oito. Arrependi-me de haver arriscado quarenta: não valia, era um roubo. Padilha escorregou a quarenta e cinco. Firmei-me nos quarenta.

(...) Afetei comiseração e prometi pagar com dinheiro e com uma casa que possuía na rua. Dez contos. Padilha botou sete na casa e quarenta e três em S.Bernardo. Arranquei-lhe mais dois contos: quarenta e dois pela

propriedade e oito pela casa.

(...) Deduzi a dívida, os juros, o preço da casa, e entreguei-lhe sete contos e quinhentos e cinquenta mil-réis. Não tive remorsos (SB, p. 24/6).

O princípio da posse, da apropriação - não interessando os meios para se efetuar -, é o fundamento da legitimação das ações de Paulo Honório. A invasão de terras, entre outros atos ilícitos, também constitui uma forma encontrada por ele com a intenção de obter algum lucro:

(...)invadi a terra do Fidélis, paralítico de um braço e a dos Gama, que pandegavam no Recife, estudando direito. Respeitei o engenho do dr. Magalhães, juiz.

Violências miúdas passaram despercebidas. As questões mais sérias foram ganhas no foro, graças às chicanas de João Nogueira (SB, p. 40).

Comprando a justiça, mantendo como dependentes, juízes e advogados, o proprietário de S.Bernardo, através de suas ações violentas mas despercebidas, chegou a ser comparado numa publicação regional com Delmiro Gouveia e Ford.

(...) importei maquinismos (...) Inicie a pomicultura e a avicultura. Para levar os meus produtos ao mercado, comecei uma estrada de rodagem.

(...) estou fazendo obra pública e não cobro imposto. É uma vergonha. O município devia auxiliar-me...(SB, pp. 42/3) ¹⁷.

Tentaremos mostrar como os sentimentos de organizador, arquiteto e financiador, está presente em boa parte das ações de Paulo Honório. Imbuído pelo desejo do ganho, o procedimento de Paulo Honório ganha proporções cada vez mais inescrupulosas a medida em que se realiza, sobretudo através da posse. Destacamos

em Sombart uma passagem significativa ao entendimento da origem desta maneira de proceder em cifras e, em seguida, comparamos com outra passagem de *São Bernardo*.

*Durante as primeiras décadas do século XVIII, o mundo inglês e francês sentia intensamente e pela primeira vez o estado de delírio pecuniário (...) A partir de então, este estado tem voltado a apresentar-se de vez em quando (...) e tem impregnado a tal ponto todos os poros da nação, ao ponto que a sede pelo dinheiro já pode ser considerada como característica constitutiva da psique do homem moderno*¹⁸.

Observemos, abaixo, semelhante pensamento nas palavras do personagem central de *São Bernardo*, ao demonstrar - num simples cálculo - a manifestação das virtudes burguesas:

- (...) Pois, Padilha, se você tivesse fechado cigarros, sabia como é difícil enrolar um milheiro deles. Imagine agora que dá mais trabalho ganhar dez tostões que fechar um cigarro. E um conto de réis tem mil nota de dez tostões. Vinte contos de réis são vinte mil notas de dez tostões¹⁹. Parece que você ignora isto. (...) Dinheiro é dinheiro (SB, pp. 18/19).

Logo na primeira frase do romance, já podemos fazer uma boa idéia deste perfil do narrador. Antes de iniciar este livro, imaginei construí-lo pela divisão do trabalho. Paulo Honório concebe a matéria literária meramente como uma atividade econômica qualquer, ou melhor, como “mais” uma atividade, planejada por ele e demandando ajuda de alguns colaboradores. Como num negócio qualquer. E, prosseguindo a leitura, sentimos o notável domínio do narrador sobre a “disposição” de cada um em seu plano:

(...) Dirigi-me a alguns amigos, e quase todos consentiram de boa

vontade em contribuir para o desenvolvimento das letras nacionais. Padre Silvestre ficaria com a parte moral e as citações latinas; João Nogueira aceitou a pontuação, a ortografia e a sintaxe; prometi ao Arquimedes a composição tipográfica; para a Composição literária convidei Lúcio Gomes de Azevedo Gondim, redator e diretor do Cruzeiro. Eu traçaria o plano, introduziria na história rudimentos de agricultura, pecuária, faria as despesas e poria meu nome na capa” (SB, 07).

Certamente quem realmente escreve aqui não é Paulo Honório, um personagem de ficção. Graciliano Ramos, através de Paulo Honório, condensa uma típica situação do início da República: a vontade de enriquecer. Mas uma vontade que não se manifesta num sujeito oriundo de famílias aristocráticas, nem de ricos comerciantes, ou qualquer pessoa próxima aos grandes canais de enriquecimento abertos pelo capitalismo industrial e financeiro.

Neste caso, o nosso herói não tem estas ascendências fidalgas ou propriamente burguesas. Ao contrário, pois na sua certidão de nascimento *mençãoa padrinhos, mas não menciona pai nem mãe*. Se para os outros heróis que conhecemos até então lhes faltavam, por exemplo, o caráter; a Paulo Honório, uma família. Mas talvez isto não faça diferença alguma, já que para ele e seus “agregados”, *todo caminho dá na venda*.

E, nesta direção, é provável que a valorização do mundo dos negócios e da especulação financeira aliada a tradicional economia agro-exportadora formaram, especialmente naquele momento, o apoio material e substrato moral os quais impulsionaram o herói à ação e a direção de seu destino. Ou melhor, com certa prudência podemos entender que a ascensão de Paulo Honório se explica por

diversos fatores inclusive os imediata e aparentemente estranhos. Para o herói, *possuir* não se refere apenas a um território ou um objeto, a noção de propriedade é dilatada pelo contexto que vive e, reciprocamente, pelo que vive o contexto.

... preciso mexer-me com prudência, evitar as moitas, ter cuidado com os caminhos.

Entretanto não é apenas o desejo de enriquecimento puro e simples que move as ações de Paulo Honório, mas o fato de que ele dispõe da noção exata do que fazer, de como agir para realizar seu plano. Uma boa ilustração é aquela que se observa numa lembrança que Paulo Honório realiza no momento em que sai da prisão em que permanecera graças a uma briga. Aliás, é somente neste episódio que se definem as linhas gerais que vão se nortear, em boa medida, as ações do herói.

Até aos dezoito anos gastei muita enxada ganhando cinco tostões por doze horas de serviço. Aí pratiquei o meu primeiro ato digno de referência. (...) esfaquear João Fagundes. (...) estive de molho, pubo, três anos, nove meses e quinze dias na cadeia, onde aprendi leitura com o Joaquim sapateiro, que tinha uma bíblia miúda, dos protestantes.

(...)Quando me soltaram...,

(...) pensava em ganhar dinheiro. Tirei o título de eleitor, e seu Pereira, agiota e chefe político, emprestou-me cem mil-réis e obtive duzentos com o juro reduzido para três e meio por cento. Daí não baixou mais, e estudei aritmética para não ser roubado além da conveniência.

(...) Depois vinguei-me: hipotecou-me a propriedade e tomei-lhe tudo, deixei-o de tanga. Mas isso foi muito mais tarde (SB, pp. 13/14).

Chama a atenção a maneira de Paulo Honório abordar seu primeiro ato digno de referência: o esfaqueamento de João Fagundes - início da realização do seu objetivo: enriquecer. Como o personagem mesmo reconhece, a cadeia foi a oportunidade que teve para aprender a fazer contas e a ler. E a bíblia que Paulo Honório utilizou neste intento, por sorte ou ironia, era protestante²⁰. Talvez não tenha sido

gratuito a Graciliano Ramos ter apontado nesta direção, ou seja, não fora fortuito ao autor realçar este detalhe.

A propensão dos protestantes em se adaptar ao capitalismo pode ser vista, aqui, com muita prudência. Isto é, aparentemente poderia tratar-se de qualquer bíblia, mas não, a bíblia para o autor talvez devesse conter alguma coisa além de um significado imediatamente religioso ou pedagógico. Como que o acréscimo dessa minúcia em si fosse um preâmbulo do que viria a acontecer posteriormente.

Trocando em miúdos, ao enfatizar uma ética específica o autor quiçá quisesse oferecer ao leitor uma pista, um rastro, do caminho escolhido pelo herói. E para completar nosso raciocínio, ou aumentar nossa curiosidade sobre esta particularidade, recorreremos às próprias palavras do personagem ao sair da prisão. *Neste tempo (...) eu pensava em ganhar dinheiro.*

Assim construído, o herói vai aos pouco nos revelando alguns traços típicos de um personagem síntese do cálculo burguês e, ao mesmo tempo, manifestando a sua inevitável indiferença em relação ao destino do outro. Paulo Honório além de utilizar em larga medida da violência física, da coerção econômica, de ameaças e subornos, concebe esses meios legítimos para o fim que se propôs.

(...) A verdade é que nunca soube quais foram meus atos bons e quais foram os maus. Fiz coisas boas que me trouxeram prejuízo; fiz coisas ruins que deram lucro. E como sempre tive a intenção de possuir as terras de S.Bernardo, considereirei legítimas as ações que levaram a obtê-las (SB, p.39).

A presença do cálculo é, talvez, outro elemento sensível no caráter de

Paulo Honório. Mesmo quando o herói se refere à mulher que o criou quando menino. A *velha Margarida custa-me dez mil-réis por semana, quantia suficiente para compensar o bocado que me deu.*

Neste aspecto, Paulo Honório também mantém sua posição utilitarista em relação a este personagem. Mesmo sabendo da importância da Velha Margarida em sua vida, mal consegue exprimir algum sentimento humano para com ela. Expressa-se mais uma vez através de números e valores: custa-lhe “dez-mil réis, quantia suficiente” para compensar seus esforços quando jovem. Como bem acentuou Antonio Candido, o próximo para Paulo Honório, só lhe *interessa na medida em que está ligado aos seus negócios, e na ética dos números não há lugar para o luxo do desinteresse*²¹.

Navegando por estes mares, águas da razão e do cálculo burguês, Paulo Honório vê em todos os portos uma boa oportunidade para aumentar suas posses. Destacamos outro momento do romance. Durante o auge de seus negócios Paulo Honório recebe a visita do governador do Estado. E, ao mostrar-lhe a fazenda, o açude, e a plantação; o governador perguntou a ele onde ficava a escola:

Escola! Que me importava que os outros soubessem ler ou fossem analfabetos?

- Esses homens de governo tem um parafuso frouxo. Metam pessoal letrado na apanha da mamona. Não de ver a colheita (SB, pp. 43/4).

Não existe a preocupação do narrador em uma escola para seus empregados. *Pra que?* Até o momento que percebe - ao calcular e raciocinar como um burguês -, as vantagens de uma escola em um futuro próximo. Assim conclui Paulo

Honório,

(...) De repente supus que a escola poderia trazer a benevolência do governador para certos favores que eu tencionava solicitar.

- Pois sim senhor. Quando v.ex. vier aqui outra vez, encontrará essa gente aprendendo cartilha.

(...) - Com os diabos! Esta visita me traz uma penca de vantagens. Um capital. Quero ver quanto rende.

(...) A escola seria um capital. Os alicerces da igreja eram também um capital (SB, p. 44/5).

Do esfaqueamento de um bandido, passando por um longo período na prisão, Paulo Honório, exemplo orgulhoso de fazendeiro prestigiado com a visita do governador do Estado, representa até este ponto do enredo o sujeito da ação diabolicamente transformadora. Ainda que em determinados momentos, como já salientamos, ele sempre nos adverte das dificuldades e de seu esforço em conseguir chegar àquela situação.

Ninguém imaginará que, topando os obstáculos mencionados, eu haja procedido invariavelmente com segurança e percorrido, sem me deter, caminhos certos. Não senhor, não procedi nem percorri. Tive abatimentos, desejo de recuar; contornei dificuldades: muitas curvas. Acham que andei mal? (SB, p.39).

Apesar da advertência essa é a impressão que nos passa Paulo Honório, ação transformadora, velocidade enérgica, posse total,

aí estão três características e três ideais da burguesia. O herói de S.Bernardo os possui em alto grau e os imprime a fundo na tessitura da narrativa. A objetividade do romance nasce da postura do narrador face ao mundo: ele nada problematiza, de nada duvida, em ponto algum vacila. Tudo que importa é possuir e dirigir o

mundo. Para tanto, ele conhece os meios. E não pensa sobre eles: aplica-os²².

Tentamos com a análise acima construir o perfil do narrador de S.Bernardo à luz das idéias e práticas burguesas - pelo enriquecimento e pela posse – talvez muito sensíveis no período e no lugar em que encerra: o Nordeste brasileiro durante a Primeira República. Além disso, o sucesso do protagonista nos negócios e na vida de grande proprietário de terras também nos interessou na medida em que dependeu - e muito -, de ações violentas e coercitivas sobre seus opositores e dependentes. Tais práticas acentuam ainda mais em Paulo Honório, o típico caráter de coronel identificando-o a determinadas classe e época no Brasil.

Assim imbuídos na idéia de realce - de algumas particularidades - presente em Graciliano Ramos, encontramos no sétimo capítulo de *São Bernardo* uma completa narrativa que corrobora com nosso raciocínio anterior. Neste capítulo o autor aponta para alguns problemas catalisados pela transformação política e social da virada do século XX. E, ao fazer isso, expõe a distância entre o dinâmico capitalismo - que quer derrubar barreiras - e a hermética sociedade monárquica e seus valores éticos, reais e pessoais. O personagem nuclear deste capítulo pode encarnar uma boa ilustração deste fato social. O personagem Seu Ribeiro que *tinha setenta anos e era infeliz, mas havia sido moço e feliz*.

Não havia soldados no lugar, nem havia juiz. E como o vigário residia longe, a mulher de seu Ribeiro rezava o terço e contava histórias de santos às crianças (...).

Seu Ribeiro tinha família pequena e casa grande. A casa estava sempre cheia. Os algodoais do major eram grandes também. Nas colheitas a população corria para eles. E os pretos não sabiam que eram pretos, e os brancos não sabiam que eram brancos (SB, p.36).

Também é possível que a narrativa neste ponto se aproxime, guardadas as devidas formas de argumentação, da tese defendida por Marco Aurélio Nogueira. Noutras palavras, que a *monarquia* em seu último período encontrava-se politicamente enfraquecida, pois a coroa havia até aquele momento fiado-se num *pacto de acomodação* com uma *sociedade desorganizada e atrasada*, pacto este

costurado em grande medida na *passividade de seus súditos*. E ao atentarmos ao que informa a narrativa, analogamente encontramos - ao nível das idéias, vale lembrar - convergências entre Graciliano Ramos e a análise de Marco Aurélio Nogueira com relação a modernização brasileira durante a Primeira República.

Ao seu modo, Graciliano Ramos constrói sua crítica sob aguda percepção do social e suas transformações mais tênues. No sétimo capítulo, o personagem escolhido pelo autor e o destino que o espera no drama, muito bem retratam o mecanismo político do Brasil monárquico. Além disso, o autor aponta para os prováveis motivos e razões que possibilitaram, aos poucos, o *germe do desgaste e da fossilização* infiltrar-se no sistema político monárquico *por todas as suas engrenagens*.

A narrativa é uma curta história de um velho guarda-livros conhecido, quando jovem, por "Major". Tal sujeito vivia num pequeno vilarejo da época imperial sem complicações e sem segredos onde tudo e todos a ele, de certa forma, pertenciam. Exatamente aí podemos entrever o fundamento daquela sociedade monárquica politicamente exaurida, mas ainda assim assentada em

*bases patrimoniais e paternalistas, dispondo de mecanismos de controle e cooptação que se sobrepunham com facilidade à fraqueza da sociedade, bastava-lhe o mero exercício do poder para sua conservação*²³.

Com a chegada da República, concomitantemente vieram as máquinas, os soldados, os juizes, os prefeitos, enfim uma estrutura complexa, própria do capitalismo que necessita sempre especializar-se, criar instituições que garantam a propriedade,

derrubar símbolos e mitos tidos como obstáculos ao seu desenvolvimento.

Efetivamente a cidade teve um progresso rápido. Muitos homens adotaram gravatas e profissões desconhecidas²⁴. Os carros de bois deixaram de chiar nos caminhos estreitos. O automóvel, a gasolina, a eletricidade e o cinema. E impostos (SB, p.37).

O destino de Seu Ribeiro não podia ser pior. Sem função, refugiou-se na capital; vivendo de “bicos” e prestando serviço de guarda-livros à Gazeta. Paulo Honório a ouvir sua história espanta-se: *Tenho a impressão de que o senhor deixou as pernas debaixo de um automóvel, Seu Ribeiro. Porque não andou mais depressa? É o diabo (SB, p.38)²⁵.*

Ainda por analogia ao texto de Marco Aurélio Nogueira, valemo-nos de uma última observação com relação a este singular aspecto da trágica modernização política brasileira. Da mesma forma em que os elementos monárquicos e experientes foram sendo cooptados inicialmente pela República, seu Ribeiro - personagem que “obrigou” Graciliano Ramos a escrever em terceira pessoa -, teve o mesmo destino dos velhos monarquistas: foi assimilado pelo novo sistema, pelos novos elementos que surgiam, por Paulo Honório, evidentemente.

Conheci que Madalena era boa em demasia, mas não conheci tudo de uma vez.

Este sólido mundo apresentado e construído por Paulo Honório, vai aos poucos ganhando novo contorno a partir do momento em que resolve se casar com a intenção de preparar um herdeiro para as terras de São Bernardo.

Amanheci um dia pensando em casar. Foi uma idéia que me veio sem que nenhum rabo-de-saia a provocasse. Não me preocupo com amores, devem ter notado, e sempre me pareceu que mulher é um bicho esquisito, difícil de governar.

(...) Não me sentia inclinado para nenhuma: o que sentia era desejo de preparar um herdeiro para as terras de S. Bernardo (SB, p. 59).

Ainda de acordo com Antonio Candido e, fazendo das dele, as nossas palavras, a partir desse momento, instalam-se na sua vida os fermentos de negação do instinto de propriedade, cujo desenvolvimento constitui o drama do livro.

Madalena representa o oposto radical de Paulo Honório. Nela, a fraternidade é eleita como meio de realização humana. A luta contra a alienação e a busca por um ideal, são os fortes sentimentos que a definem. No personagem Madalena, podemos concretamente vislumbrar, em certas passagens do romance, a aceitação da solidariedade humana, comprovada muito mais pelos seus atos. Madalena distribuía leite, fazendas e material para educação entre os empregados de Paulo Honório, atitude que o incomodava²⁶.

Paulo Honório confessa após o casamento com Madalena que começara a fazer nela algumas descobertas que o surpreendeu, pois conhecia e contentava-

se, até então, com o rosto e com algumas informações ligeiras.

Professora das primeiras letras e habituada à vida urbana, Madalena desde seu primeiro momento em S. Bernardo procura entreter-se com todos os “homens-coisas”, ou seja, com os caboclos que trabalhavam para Paulo Honório. Para ela tristes seres humanos fadados àquela situação, não apenas solidariza-se com eles, mas é justamente aí que Madalena busca forças para seu humanismo.

Graciliano Ramos apresenta os personagens de um grande drama. A incompreensão de Paulo Honório para com sua própria esposa faz brotar um profundo sentimento de ciúme, na medida em que ela se afasta do seu universo de posses. Madalena não concebe a vida como relação de possuidor a coisa possuída. Até então, tudo que o proprietário de São Bernardo queria, realizava. *Daí o*

*horror com que Paulo Honório vai percebendo a sua fraternidade, o sentimento incompreensível de participar da vida dos desvalidos, para ele simples autômatos, peças da engrenagem rural*²⁷.

E por considerá-los “peças de engrenagens”, Paulo Honório age com muita frieza em suas vidas. Não hesita, o proprietário de S. Bernardo, em usar a violência com seus subordinados. Seja ela verbal ou física. Selecionamos um exemplo de cada. A primeira passa-se justamente naquele dia em que Paulo Honório amanhece “pensando em casar”. Andando por suas terras surpreende Padilha discursando para mais dois empregados, Maciano e Casimiro Lopes.

“- Um roubo. É o que tem sido demonstrado categoricamente pelos filósofos e vem nos livros. Vejam: mais de uma légua de terra, casas, mata, açude, gado, tudo de um homem. Não está certo.

"(...) - Em minha terra não, acabei, já rouco. Puxem!

"À noite reuni Marciano e Padilha na sala de jantar, berrei um sermão comprido para demonstrar que era eu que trabalhava para eles. Mas atrapalhei-me e contentei-me com injuriá-los:

"- Mal agradecidos estúpidos.

"(...) - Juízo de Galinha. Embarcando em canoa furada! Tontos (SB,).

Outra passagem que demonstra com mais clareza o aspecto brutal de Paulo Honório e sua indiferença em relação ao outro. Numa discussão com Madalena, logo após ser flagrado por ela espancando um rapaz, discutem:

"É horrível! bradou Madalena

- Como?

- Horrível, insistiu.

- Que é?

- O seu procedimento. Que barbaridade!

Despropósito.

- Que diabo de história...

Estaria tresvariando? Não: estava bem acordada, com os beiços contraídos, uma ruga entre as sonbrancelhas.

- Não entendo. Explique-se.

Indignada, a voz trêmula:

- Como tem coragem de espancar uma criatura daquela forma?

Ah! sim! por causa do Marciano. Pensei que fosse coisa séria. Assustou-me.

Naquele momento não supus que um caso tão insignificante pudesse provocar desavença entre pessoas razoáveis.

- Bater assim num homem! Que horror!

Julguei que ela se aborescesse por outro motivo, pois aquilo era uma frivolidade.

- Ninharia, filha. Está você aí se afogando em pouca água. Essa gente faz o que se manda, mas não vai sem pancada. E Marciano não é propriamente um homem"

(SB, 109-10)

A fraternidade de Madalena constitui um mundo à parte para Paulo Honório que, em princípio, não ligava muita preocupação. Entretanto, as ações de Madalena vão tornando-se cada vez mais ininteligíveis ao narrador que, por isso, começa a rejeitá-las. E ao tomar conhecimento de suas doações - entre elas um vestido de seda rasgado e lençóis velhos - Paulo Honório reflete:

- Deitasse fora, foi o que eu disse a Madalena. Se estava estragado, era deitar fora. Não é pelo prejuízo, é pelo desarranjo que traz a esse povinho um vestido de seda.

(...)

- Estúpida! exclamei com raiva.

E pensei no vestido da Rosa, nos sapatos e lençóis da velha Margarida.

- Desperdício (SB, p. 119).

Neste capítulo chegamos ao limite da *coisificação* da consciência de Paulo Honório. Aí observamos a total ausência de sentimentos humanos no narrador. Tudo agora é expresso em números, valores e custos. Tal procedimento marca o início da destruição de Paulo Honório, a expressão máxima de sua reificação. Misturando em seu pensamento os problemas da fazenda com as atitudes de Madalena, Paulo Honório passa a exercer sobre ela uma vigilância cada vez maior.

E justamente por isso, em tentar controlar Madalena, Paulo Honório termina por ampliar o seu conflito com ela. Ao manifestar simpatia pela revolução social Madalena desperta, nele, um ódio mortal: *“eu construindo e ela desmanchando”* ²⁸. Desconfiado também de seus amigos freqüentadores de S.Bernardo, Paulo Honório finda por perder o controle:

Confio em mim. Mas exagerei os olhos bonitos do Nogueira, a roupa bem feita, a voz insinuante. Pensei nos meus oitenta e nove quilos, neste rosto vermelho de sobancelhas espessas, endurecidas em muitos anos de lavoura. Misturei tudo ao materialismo e ao comunismo de Madalena - e comecei a sentir ciúmes (SB, p. 132)

O ciúme e a incompreensão de Paulo Honório vão aos poucos ganhando novas dimensões. Extrapolando o limite que separa a razão da loucura, chegando ao ponto de manifestar no personagem vontades doentias:

Fui indo sempre de mal a pior. Tive a impressão de que me achava doente, muito doente. Fastio, inquietação constante e raiva. Madalena, Padilha, d. Glória, que trempe! O meu desejo era pegar Madalena e dar-lhe pancada até o céu da boca. Pancada em d. Glória também, que tinha gasto anos trabalhando como cavalo de matuto para criar aquela cobrinha (SB, p.137)

Da necessidade de um sucessor brota a força destrutiva de seu mundo. A bondade humanitária de Madalena ameaça a hierarquia fundamental da propriedade e a couraça moral com que foi possível obtê-la. Nessa luta não há vencedores, Madalena suicida-se, e Paulo Honório vai aos poucos, solitariamente, enlouquecendo. O resultado, o capítulo dezenove. Confuso, como o próprio narrador reconhece. Não obstante, vale ressaltar uma característica peculiar desse capítulo - e também presente no último - que repousa na percepção do real justamente quando Paulo Honório encontra-se em pleno estado de delírio. Reproduzimos as passagens que denotam esta "loucura"²⁹:

Conheci que Madalena era boa em demasia, mas não conheci tudo de uma vez. Ela se revelou pouco a pouco, e nunca se revelou inteiramente. A culpa foi minha, ou antes, a culpa foi desta vida agreste, que me deu uma alma agreste.

Emoções indefiníveis me agitam - inquietação terrível, desejo doido de

voltar, tagarelar com Madalena, como fazíamos todos os dias, a esta hora. Saudade? Não, não é isto: é desespero, raiva, um peso enorme no coração.

Procuro recordar o que dizíamos. Impossível. As minhas palavras eram apenas palavras, reprodução imperfeita de fatos exteriores, e as dela tinham alguma coisa que não consigo exprimir. Para senti-las melhor, eu apagava as luzes, deixava que a sombra nos envolvesse até ficarmos dois vultos indistintos na escuridão.

Lá fora os sapos arengavam, o vento gemia, as árvores do pomar tomavam-se massas negras.

- Casimiro!

(...) A figura de Casimiro Lopes aparece à janela, os sapos gritam, o vento sacode as árvores, apenas visíveis na treva. Maria das Dores entra e vai abrir o comutador. Detenho-a: não quero luz.

O tique-taque do relógio diminui, os grilos começam a cantar. E Madalena surge no lado de lá da mesa. Digo baixinho:

- Madalena!

A voz dela me chega aos ouvidos. Não, não é aos ouvidos. Também já não a vejo com os olhos.

Estou encostado à mesa, as mãos cruzadas. Os objetos fundiram-se, e não enxergo sequer a toalha branca.

(...) A voz de Madalena continua a acariciar-me. Que diz ela? Pede-me naturalmente que mande algum dinheiro a mestre Caetano. Isto me irrita, mas a irritação é diferente das outras, é uma irritação antiga, que me deixa inteiramente calmo. Loucura estar uma pessoa ao mesmo tempo zangada e tranqüila. Mas estou assim. Irritado contra quem? Contra mestre Caetano. Não obstante ele ter morrido, acho bom que vá trabalhar. Mandrião!

A toalha reaparece, mas não sei se é esta toalha sobre que tenho as mãos cruzadas ou a que estava aqui há cinco anos.

Rumor do vento, dos sapos, dos grilos. A porta do escritório abre-se de manso, os passos de seu Ribeiro afastam-se. Uma coruja pia na torre da igreja. Terá realmente piado a coruja? Será a mesma que piava há dois anos? Talvez seja até o mesmo pio daquele tempo.

Agora seu Ribeiro está conversando com d. Glória no salão. Esqueço que eles me deixaram e que esta casa está quase deserta.

(...) Penso que chamei Casimiro Lopes. A cabeça dele, com o chapéu de couro de sertanejo, assoma de quando em quando à janela, mas ignoro se a visão que me dá é atual ou remota.

Agitam-se em mim sentimentos inconciliáveis: encolerizo-me e enteneço-me; bato na mesa e tenho vontade de chorar.

Aparentemente estou sossegado: as mãos continuam cruzadas sobre a toalha e os dedos parecem de pedra. Entretanto ameaço Madalena com o punho. Esquisito.

(...) Se eu convencesse Madalena de que ela não tem razão... Se lhe explicasse que é necessário vivermos em paz... Não me entende. Não nos entendemos. O que vai acontecer será muito diferente do que esperamos. Absurdo (SB, págs. 101-104).

Todos o abandonam, seu mundo torna-se vazio de sentido e significado. A derrota do herói frente ao novo que se impõe fica claro nesta passagem:

O mundo que me cercava ia-se tomando um horrível estrupício. E o outro, grande, era uma balbúrdia, uma confusão dos demônios, estrupício muito maior (SB, p.176).

Mas mesmo reconhecendo sua incapacidade, Paulo Honório ainda nutria esperanças numa recomposição do antigo poder político:

(...) S. Paulo havia de se erguer, intrépido; em S. Paulo ardia o fogo sagrado; de S. Paulo, terra de bandeirantes, saíam novas bandeiras para a conquista da liberdade postergada (SB, p.176).

Até então, o mundo, apresentado por Paulo Honório, era identificado por sua ação e somente por ela. Seu mundo, por assim dizer, não comportava problemas - excetuando alguns argutamente solucionados pelo herói - que pudessem estabelecer

um conflito com seus legítimos valores e a ele imprimir um perfil problemático. Como bem observou Antonio Candido,

“A partir desse momento, instalam-se na sua vida os fermentos de negação do instinto de propriedade, cujo desenvolvimento constitui o drama do livro”³⁰.

Paulo Honório reconhece:

Para ser franco, declaro que esses infelizes não me inspiram simpatia. Lastimo a situação em que se acham, reconheço ter contribuído para isso, mas não vou além. Estamos tão separados! A princípio estávamos juntos, mas esta desgraçada profissão nos distanciou.

Madalena entrou aqui cheia de bons sentimentos e bons propósitos. Os sentimentos e os propósitos esbarraram com a minha brutalidade e o meu egoísmo.

Creio que nem sempre fui egoísta e brutal. A profissão é que me deu qualidades tão ruins.

E a desconfiança terrível que me aponta inimigos em toda parte!

A desconfiança é também consequência da profissão.

Foi este modo de vida que me inutilizou. Sou um aleijado. Devo ter um coração miúdo, lacunas no cérebro, nervos diferentes dos nervos dos outros homens. E um nariz enorme, uma boca enorme, dedos enormes.

Se Madalena me via assim, com certeza me achava extraordinariamente feio.

Fecho os olhos, agito a cabeça para repelir a visão que me exhibe essas deformidades monstruosas. (SB, p.187).

Sem ação ante tudo que fez e destruiu, ao herói nada mais lhe resta,

“Eu vou ficar aqui, às escuras, até não sei que hora, até que, morto de fadiga, encoste a cabeça à mesa e descanse uns minutos” (SB, p.188).

Temos aí aquilo que na introdução entendemos por um momento

terrível do enredo, pois Paulo Honório, reconhece todas as conseqüências de seus atos. Atos que de início o personagem considerava “legítimos” igualmente formam, neste ponto alto do romance, os meios legítimos para a sua tomada de consciência e, ao proceder dessa maneira, Graciliano Ramos atribui qualidades especificamente heróicas ao nosso personagem.

Valendo-nos de uma última analogia e reafirmando mais uma vez nosso objetivo, podemos entrever nessa situação, nesse processo, não somente o trágico destino do personagem. Mas talvez seja possível entender de uma maneira um pouco mais ampla. Poderíamos afirmar que este drama não se aplica ao personagem pois atravessa os limites do próprio romance. E, portanto, pode ser uma leitura do autor da tragédia proporcionada pelo encontro da modernidade e a realidade da sociedade brasileira nos anos 30.

Diante de todo seu sólido empenho, que se desmancha no ar paulatinamente, o herói sem nada fazer, reconhece seus erros e admite ter contribuído para a desgraça de muita gente. Este momento, cautelosamente, pode ser entendido como uma sinalização para uma dinâmica muito maior que as fronteiras da zona da mata alagoana.

E este movimento ao ultrapassar as raias do romance, ganha força e se mostra integrante e universal do destino dos homens no mundo contemporâneo. Entretanto, uns terminam como nosso herói, outros se atiram algemados em rios. Não importa. Se em Viçosa ou Paris, o capitalismo também se alimenta do miserável fim dos homens.

¹ COUTINHO, C. N. - "Graciliano Ramos" in *Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas*, BH, Oficina de Livros, 1990 - (...) *Paulo Honório e Madalena são verdadeiros símbolos de suas classes precisamente na medida em que expressam, em suas ações decisivas, as atitudes típicas mais profundas que elas comportam. Não é o mero "ambiente" externo, desligado da ação concreta dos homens, que determina o universo e a problemática humana deste romance; é justamente enquanto reagem ao "ambiente" que os tipos criados se definem e modelam a sua personalidade. O background de São Bernardo é um ambiente humano: a história concreta em sua evolução contraditória, a oposição de homens contra homens, de classes contra classes (encarnadas concretamente em indivíduos singulares), não a adaptação de homens-coisas a um determinismo mecânico e exterior (p.129/30). Também conferir em CANDIDO, A. - "Ficção e Confissão" in *Ficção e Confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos*, RJ, ed. 34, 1992, diz o autor em relação ao romance *São Bernardo*, (...) *os personagens e as coisas surgem nele como meras modalidades do narrador, Paulo Honório, ante cuja personalidade dominadora se amesquinham, frágeis e distantes. Mas Paulo Honório, por sua vez, é modalidade duma força que o transcende e em função da qual vive: o sentimento de propriedade (p.24). CARPEAUX, O. M. - "Visão de Graciliano Ramos" in RAMOS, G. - *Angústia*, posfácio, 23a.ed. RJ, SP, Record, 1981 - O extremo egoísmo do sonho engendra o motivo principal do romancista: cobiça de propriedade. Propriedade de terra, de mulher, em *São Bernardo*; (...) a forma extrema desta cobiça, o ciúme (p.245).**

² (...) No "regional", a Graciliano, interessa apenas o que é comum a toda a sociedade brasileira, o que é "universal". Mas não um universal abstrato e absoluto, pretensamente válido em qualquer circunstância; a universalidade de Graciliano é uma universalidade concreta, que se alimenta e vive da singularidade, da temporalidade social e histórica. (...) é a narração do destino de homens concretos, socialmente determinados, vivendo em uma realidade concreta. COUTINHO, C. N., - op. cit., pp.117. Também a respeito deste tema, cf. MONTEIRO in BOSI, A (et.ali.) - *Graciliano Ramos: antologia e estudos*, SP, Ática, 1987, pp.269/75.

³ LOBO DE MOURA, S. e GOUVÊA DE ALMEIDA, J.M. - "A Igreja na Primeira República" in FAORO, B. (dir) - *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, 2o.vol., 4a. ed., RJ, Bertrand Brasil, 1990, pp. 322/42. Os autores através de um "mapeamento" histórico da religião católica no Brasil após Canudos, nos oferecem um pequeno e valioso texto à compreensão do papel político da Igreja no Brasil. De acordo com esses autores, este papel, embora limitado e pouco influente, ganhava dimensões diferentes em se tratando da sede e as suas paróquias no interior do Brasil, principalmente no Nordeste. Destacam também a influência dos movimentos messiânicos entre a população sertaneja os quais marcaram a virada do século sobre aquela região. Para Graciliano Ramos, talvez não houvesse a necessidade em falar de Juazeiro, Padre Cícero, Canudos. Ele nos presenteou com Padre Silvestre. Entenderemos, com desenrolar do drama, a imparcialidade - ainda que aparente - deste personagem frente aos assuntos políticos locais, mas simpático às causas sociais em nível nacional. Saberemos o porquê de Padre Silvestre ao "pegar em armas" na Revolução de Outubro. Não encarnando a mesma tolerância de Conselheiro, Padre Silvestre é um adepto da política de conciliação e muitas passagens

nos evidenciam. Com relação ao papel desempenhado pela Igreja Católica no final do século XIX - cf. MONTEIRO, D. T. - "Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado" in *Idem*, (...) *o catolicismo popular brasileiro, de um modo geral, e em sua modalidade rústica, em particular, tem suas raízes mais importantes plantadas no solo da Grande Tradição judaico-cristã, onde sobressaem, às vezes contraditoriamente, a esperança messiânica do Reino de Deus numa terra renovada, e as expectativas de uma expiação individual. (...) na América Latina, ao contrário, (ou, pelo menos, mais acentuadamente), do que ocorreu em outras partes do mundo afetadas pela expansão do Ocidente, a cristianização foi regularmente associada à instauração de um poder colonial sobre as populações submetidas. Mais importante do que isto: gerou uma "cristandade colonial", expressão da submissão das classes inferiores, mas, paradoxalmente, com potencialidades subversivas que se estenderam muito além dos momentos históricos da libertação política, na medida em que, apesar desta, persistiram estruturas sociais e econômicas opressivas. Neste ensaio o autor nos demonstra como a República ofereceu o terreno no qual as transformações sociais, políticas e econômicas, iniciadas em meados do século passado, encontraram sua "mais completa manifestação". Essas transformações, de acordo com Monteiro, em geral dizem respeito às mudanças no relacionamento entre o sistema local de mando e os círculos abrangentes de poder político, de administração e da economia. De modo sintético, e sob um de seus aspectos, pode-se dizer que esses fenômenos ligam-se com o que tem sido caracterizado como uma crise no mandonismo tradicional e, mais especificamente, com a emergência do coronelismo (pp. 41-2, grifos meus).*

⁴ Com referência ao perfil de Paulo Honório, diz um crítico: *não podendo sonhar como tornar-se empresário na moderna acepção do termo, dado o acanhamento do horizonte cultural e dos horizontes de sua própria personalidade, tenta realizar-se como proprietário segundo o modelo historicamente ultrapassado, enquanto espera que o passado tenha seqüência na realidade e assim projeta na realidade os esforços de sua auto-realização*. PUCCINELLI, L. - "São Bernardo, romance do dilema social brasileiro" in *Graciliano Ramos: relações entre ficção e realidade*, SP, Quiron; Brasília, INL, 1975, pp.39/51. Longe de críticas mas, não seria, talvez, o contrário; observemos a passagem: *O meu fito na vida foi apossar-me das terras de S.Bernardo, construir esta casa, plantar algodão, plantar mamona, levantar a serraria e o descaroçador, introduzir nestas brenhas a pomicultura e a avicultura, adquirir um rebanho bovino regular* (SB, p. 11 grifos meus). É evidente que o personagem também "introduziu" novas técnicas de cultura e, mesmo com o decorrer do drama observamos que as melhorias feitas por Paulo Honório - e não foram poucas: luz, dínamos, estradas, escola, etc. - são "modernas" em se considerando o lugar, o tempo e o espaço que ocorreram, além disso, soube o narrador "o que" plantar, "o que" criar; enfim, pensar em Paulo Honório como um símbolo do coronelismo atrasado, paternalista seria acentuar apenas uma de suas facetas em detrimento do Paulo Honório atuante construtor, inovador, racional e burguês. Como já assinalamos anteriormente, para entrever o romance S.Bernardo duma perspectiva sociológica, e observar as relações entre a criação literária e a vida social, é necessário pressupor que "toda sociologia do espírito admite a influência da vida social sobre a criação literária". Os "verdadeiros valores espirituais", quando encarados por este prisma, devem manter uma "proximidade" tal em relação ao "momento social" em que floresceu, ou seja, os elementos constitutivos de uma dada obra permitem-nos avaliá-la, na medida em que, *não se destacam da realidade econômica e social, mas se dirigem precisamente para esta realidade tentando introduzir nela*

o máximo de solidariedade e comunidade humanas. GOLDMANN, L. - "Materialismo dialético e história da literatura" in *Dialética e Cultura*, 2a. ed. - RJ: Paz e Terra, 1979, p. 71

⁵ (...) a integridade de uma obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas; e que só a podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialéticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores externos, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo (...) o externo (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha uma certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno. CANDIDO, A. "Crítica e Sociologia" in *Literatura e Sociedade*, 7a.ed., SP, Ed. Nacional, 1985, p. 04.

⁶ A empática e profunda vivência com os problemas da sua região e do seu povo, não bastou para Graciliano revelar-se um excepcional escritor. Foi necessária, contudo, à percepção e desmembramento do essencial, manifestado com economia e, podemos dizer, com certa raridade por este autor. Ao mesmo tempo, mostrou-se decisória à edificação de sua fisionomia intelectual ímpar, na medida em que contribuiu um precoce e permanente abertura à assimilação dos valores da cultura nacional e universal. Em GOLDMANN, L., as obras literárias, tanto quanto as filosóficas, são em diferentes planos, expressões de uma visão do mundo e para que tenham coerência interna é necessário ao autor uma sensibilidade coerente e unitária da realidade que se apresenta, Goldmann parte da suposição de que o pensamento dos indivíduos - com pequenas exceções - é raramente coerente e unitário. Submetido a uma infinidade de influências, sofrendo a ação não somente dos mais diversos meios como também da construção fisiológica no mais amplo sentido, o pensamento e o modo de sentir dos indivíduos se aproximam sempre mais ou menos de uma certa coerência, mas não a atingem senão excepcionalmente. op. cit., p. 73

⁷ Lukács distingue duas formas de composição literárias: narração e descrição. Atribui a primeira um caráter "articulador" na maneira pela qual apresenta suas cenas, seus personagens e a relação entre eles, fazendo de cada cena e de cada ação, partes importantes à constituição da ação conjunta. Já a descrição destaca-se pelo rigor da observação do autor e na riqueza de detalhes à construção de cada cena, porém, superficialmente. Cf. LUKÁCS, G. - "¿Narrar o Describir?" in *Problemas del Realismo*, México, Fondo de Cultura Económica, ?, p. 171/187.

⁸ Como bem observou Carlos Nelson Coutinho, o capitalismo brasileiro, ao invés de promover uma transformação social revolucionária o que implicaria, pelo menos momentaneamente, na criação de um "grande mundo" democrático, contribuiu, em muitos casos, para acentuar o isolamento e a solidão, a restrição dos homens ao pequeno mundo de uma mesquinha vida privada (...) Graciliano captou aqui um dos traços essenciais do capitalismo nascente: o crescimento da mobilidade social, o rompimento com as barreiras coaguladas do pré-capitalismo, por outro lado, os valores definidos por este processo de ascendência individual na sociedade capitalista imprime um caráter "coisal" aos indivíduos tornando-os susceptíveis ao jogo do mercado, definindo-os ora como proprietários, ora como propriedade. Paulo Honório reduz tudo ao seu interesse egoísta: os homens não são senão instrumentos de sua ambição, meios que utiliza para a obtenção do próprio fim, a realização individual

a que se propõe. COUTINHO, C.N., - OP.CIT., P. 130. Outro aspecto interessante deste processo de posse das terras de S.Bernardo, refere-se à demarcação precisa dos fatos e detalhes, como bem notou LAFETÁ, J.L., tal procedimento, *confere exatidão e veracidade à história narrada, objetivando-a em um tempo preciso e conhecido. (...) o jogo de Paulo Honório depende, para seu êxito, do enderamento de Padilha em um tipo especial de tempo - o dia em que as promissórias vencem, o prazo. Assim, todo o capítulo quarto é permeado por estas marcações e estas manobras, que vão culminar na cena de negociações, depois da qual Paulo Honório se torna dono de S. Bernardo. (...) é um dos pontos máximos do romance...* op. cit., p.194. O rolo compressor em que Paulo Honório se transformou encontra neste assinalamento preciso do tempo sua expressão simbólica. Na verdade, a rapidez rítmica da sucessão de fatos - aqui explicitamente ligada ao fator “propriedade” - reforça a caracterização de Paulo Honório como um elemento dinâmico por natureza, cujo impulso arrasta o mundo atrás de si.

⁹ SOMBART, W. *Le Bourgeois. Contribution a l'histoire morale et intellectuelle de l'homme économique moderne*, Paris, Petit Bibliothèque Payot, 1966; em seu intróito “os fatores espirituais da vida econômica”, Sombart nos evidencia da influência de fatores espirituais (psíquicos) na vida econômica de uma dada sociedade. Estes concebidos por uma série de atividades exercidas pelo trabalho humano e, à medida em que se compõe de um conjunto de várias atividades, realizam-se, por sua vez, ao entrar em contato com o mundo exterior, modificando-o. *Toda produção, todo meio de transporte supõe uma modificação da natureza, que se realiza através de todo o trabalho, do mais significativo ao mais insignificativo trabalho, concebidos pela alma humana. (...) As formas de desenvolvimento da vida econômica, formas da produção da distribuição, organizações de todo gênero, com as quais e através delas o homem satisfaz os seus desejos e aspirações econômicas, constituem tais formas o corpo econômico, incluindo igualmente as condições do meio externo. A este corpo se opõe precisamente o espírito econômico, aquele que compreende um conjunto de faculdades e atividades psíquicas que intervêm na vida econômica: manifestações de inteligência, traços de caráter, fins e tendências, julgamentos de valor, principais determinantes e reguladores da conduta do homem econômico; sempre de acordo com o autor, apresentam, estes fatores, duas ordens: 1a) faculdades psíquicas ou de máximas gerais que assumem uma particular importância para os limites de uma certa atividade: a prudência ou a energia, a honestidade ou o amor a verdade, e 2) manifestações psíquicas que instrumentalizam a marcha econômica: atitude específica para o cálculo, aplicação de uma certa contabilidade.* (p.09/10). Segundo Sombart, a manifestação destas faculdades especiais são reservadas a poucos indivíduos na sociedade - *economical man* - , as quais são passíveis de modificação no curso da história; variando, de lugar para lugar; de indivíduos à outros; de uma determinada situação social à outra; na medida em que as “bases” materiais possibilitam sua realização, (...) para se ter uma noção exata dos processos econômicos, é absolutamente indispensável penetrar naquela idéia que o espírito da vida econômica (...) pode variar ao infinito, dito de outra forma, que as qualidades psíquicas que demandam ações econômicas complementares podem variar de um caso ao outro na mesma medida em que as idéias diretrizes e os princípios gerais que presidem um conjunto de atividades econômicas. Acredito que o espírito que animava o artesão de ontem difere totalmente daquele que anima um empreendedor americano moderno (...) existem diferenças consideráveis do ponto de vista e de sua respectiva atitude econômica, entre um lojista, um

grande industrial e um financeiro. (SOMBART, W. *idem*, p. 10/11). Em “O Papel del Empresario Capitalista” (in SOMBART, W. *El Apogeo del Capitalismo*, México, DF, Fondo de Cultura Económica, (2 vol), 1984), podemos observar com relação à economia sua capacidade - do empresário - de unificar capital e trabalho, determinar a direção e o volume da produção, estabelecer a relação entre produção e consumo; muito mais que isso, a força que impulsiona a economia em geral é o próprio empresário, a única força “produtora”, o seja a força realizadora, criadora, como se deduz imediatamente de suas funções (...) os restantes fatores de produção, trabalho e capital, se encontram em uma relação de dependência frente a ele, adquirem vida por sua ação criadora (...) todos os inventos técnicos chegam a realizar-se graças a ele (p. 28).

¹⁰ O que chamamos atualmente “espírito capitalista”, compõe-se, basicamente, do espírito de empreendedor e do instinto a aquisição, ou amor ao ganho e numa alegoria de outras qualidades psíquicas que destaco num certo conjunto, chamo a ele pelo nome de “virtude burguesa”; Sombart acredita que a primeira manifestação destas virtudes burguesas data do século XIV em Florença, as quais sofreram modificações ao longo da história e experimentou influências culturais nos diversos lugares para onde migrou. Sombart vê primeiramente na Itália a constituição de uma mentalidade econômica especial. Mentalidade que se divide em dois tipos: aquelas que se referem à organização interior da economia e as que são destinadas a regular as relações dos sujeitos econômicos com a clientela e com o mundo exterior em geral. A racionalização da conduta econômica, significa que nada que não diga respeito à economia não se sustenta na consciência do sujeito econômico, que se preocupa com problemas econômicos, se alguma coisa chama sua atenção, é somente enquanto possa existir vantagem ou constituir-se em exploração econômica (...) a realização de uma grande empresa não se faz sem um plano bem concebido, meditado, tomando-se conta das exigências entre os meios e os fins, de acordo com a razão e o espírito econômico. (op. cit, 103 e ss). Em *O Burguês*, Sombart salienta a importância do meio em que primeiramente se observou tais atitudes: a economia doméstica. Já a segunda tipologia, denomina o autor, a moral dos afazeres (da produção). Ser este perfeito homem (de afazeres, de produção) não basta somente manter uma boa ordem econômica interna: é, antes ainda, observar uma certa atitude para alcançar o meio (o mundo) externo. (op. cit., p. 120 e ss).

¹¹ Entenda-se por “práticas coronelísticas”, as formas de expressão do poder que talvez possamos concebê-las como típicas de nosso país. Integrante de uma elite controladora do poder econômico, político e social no país, - integrante portanto de uma oligarquia para utilizar o termo apropriado, - tem sido o “coronel” definido principalmente pelas suas características políticas. De onde a definição de Nunes Leal: o coronelismo seria uma forma de adaptação entre o poder privado e um regime político de extensa base representativa. PEREIRA DE QUEIROZ, M.I., op.cit., pp. 153/190. Reproduzo a determinação de coronelismo dada por Basílio de Magalhães a pedido de Victor Nunes Leal - O vocábulo “coronelismo”, introduzido desde muito em nossa língua com acepção particular, de que resultou ser registrado como “brasileirismo” nos léxicos aparecidos do lado de cá do Atlântico, deve incontestavelmente a remota origem do seu sentido traslado aos autênticos ou falsos “coronéis” da extinta Guarda Nacional. Com efeito, além dos que realmente ocupavam nela tal posto, o tratamento de “coronel” começou desde logo a ser dado pelos sertanejos a todo e qualquer chefe político, a todo e

qualquer potentado. Até à hora presente, no interior do nosso país, quem não for diplomado por alguma escola superior (...) gozará fatalmente, na boca do povo, das honras de "coronel". (...) Eram, de ordinário, os mais opulentos fazendeiros ou os comerciantes e industriais mais abastados, os que exerciam, em cada município, o comando-em-chefe da Guarda Nacional, ao mesmo tempo em que a direção política, quase ditatorial, senão patriarcal, que lhes confiava o governo provincial. (...) Homens ricos, ostentando vaidosamente os seus bens de fortuna, gastando os rendimentos em diversões lícitas e ilícitas, - foram tais "coronéis" os que deram ensejo ao significado especial que tão elevado posto militar assumiu, designando demopsicologicamente "o indivíduo que paga as despesas" - citado em nota explicativa-introdutória ao primeiro capítulo "Indicações sobre a estrutura e o processo do "coronelismo" " p. 19/21; o autor define o fenômeno do coronelismo como um complexo de características da política municipal resultante da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É ante uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa, o autor nitidamente observa a relação do poder público com o poder privado. Um "compromisso" entre ambos, uma "troca"; além do mais, não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado, e continua Nunes Leal, os chefes políticos municipais nem sempre são autênticos "coronéis", o fato relaciona-se ao maior número de doutores, médicos, advogados que o ensino superior havia proporcionado a alguns indivíduos, entretanto, adverte, esses mesmos doutores, ou são parentes, ou afins, ou aliados políticos dos "coronéis" op.cit., pp.20 e ss. Também em LEÃO REGO, W.D. - "Contradições e crise da hegemonia burguesa - coronelismo e luta de classes" in *Estado e Revolução Burguesa no Brasil: um ensaio sobre a questão da hegemonia durante a Primeira República*, dissertação de Mestrado em Ciência Política, apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da FFLCH/USP - SP - 1981, diz autora, o período histórico compreendido pela República Velha, a maioria da população brasileira residia no campo. (...) o coronelismo é um fenômeno eminentemente rural, o "poder do mando" do coronelismo necessariamente se vincula à grande propriedade (...) o grande proprietário territorial é um "coronel" quando existem relações de produção não capitalista - parceiros, agregados, etc., que configuram a prática de relações de dominação e dependência pessoal. Nesta medida, o "coronel", esta figura "antiga", numa formação social onde a maioria da classe trabalhadora está no campo, e submetida à sua dominação, ganha um peso político muito grande. Portanto, impõe-se para a fração burguesa hegemônica a aliança com o "coronel". Como desdobramento lógico desta aliança, impõe-se também necessariamente a reprodução do coronelismo, ou seja, do fenômeno na sua totalidade: a reprodução da grande propriedade territorial não capitalista como suporte material para as relações de dominação e dependência pessoal entre os agentes do coronelismo (grandes proprietários de terras, parceiros e agregados; ainda sobre o poder de mando do coronel, destaca a autora, embora o "coronel" seja uma figura decadente, esta fragilidade econômica é o suporte da sua força política. É nesta direção que se pode examinar a natureza da prática política coronelista. A fonte da força política ideológica do "coronel" esta justamente na vigência de relações sociais entre seus agentes que se cristalizam como relações de dominação e dependência pessoal.. Ora, esta modalidade de relações constitui o fundamento da apropriação do sobretrabalho dos

dependentes do grande proprietário territorial (o coronel). Daí o suposto de que a relação de dominação e dependência pessoal passa também, necessariamente, pela “coerção extra econômica” (o paternalismo, o compadrio, etc.), pp. 251/3, grifos meus. Com relação a este tema, também de muito interesse é o texto de OLIVEIRA, F. - “A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil” in FAUSTO, B. (dir) - *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III - O Brasil Republicano - 1. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930), 5a.ed., RJ, Bertrand Brasil, 1989; *A formação da burguesia agrária brasileira não se dá inteiramente no período circunscrito da República Velha; é claro que desde o Império essa burguesia está se constituindo, (...) no momento em que ela passa a ser a mediadora entre a força de trabalho e as forças produtivas e ao mesmo tempo destrói os mecanismos de “exclusivo comercial”. Mas ela somente se completa com burguesia agrária no momento da passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, mudando a forma e o conteúdo da apropriação do excedente do produto social, e no momento em que funda para si um processo de acumulação primitiva cuja expressão é o campesinato ou quase-campesinato e onde a apropriação do excedente, essa acumulação primitiva, se dá no nível ou na órbita da circulação, fundando os mecanismos de dominação social e política que repõem o econômico sob formas de coerção não econômica: o coronelismo e sua seqüelas, a meação, a parceria, o colonato, o barracão,* (pp.407/8).

¹² O Nordeste foi notadamente a primeira região de contato e exploração portuguesa no Novo Mundo. Além da extração de pau-brasil que se operou no início da colonização ao longo do litoral nordestino, contribuiu muito para o desenvolvimento da região a cultura da cana-de-açúcar com seus engenhos, adaptando-se muito bem ao solo argiloso de massapê. O primeiro passo neste sentido foi dado por Duarte Coelho, diz-nos CORREIA DE ANDRADE, M. - in *A Terra e o Homem no Nordeste*, 2a.ed., SP, Brasiliense, 1964; o autor esboça com precisão este desenvolvimento e o conseqüente crescimento ao longo dos primeiros séculos de colonização da cultura canavieira. Ao lado do plantio da cana-de-açúcar outras culturas também coexistiram. Dentre elas a que nos interessa aqui é o algodão. Mesmo tendo em mente o exorbitante lucro que rendeu a cana-de-açúcar, *mais que a mineração do ouro*, é notável o desenvolvimento e o interesse de grandes e pequenos proprietários na cultura algodoeira. “Ao lado dos canaviais, outras atividades econômicas feitas em menor escala e ocupando áreas ainda não disputadas pela cana, tinham, então, alguma importância.(...) graças à descoberta da máquina à vapor, o algodão passou a ser largamente consumido na Europa pela florescente indústria de tecidos. Quem estudar a história econômica do Nordeste verá que ela se resume nos dois últimos séculos, numa luta entre a cana-de-açúcar e o algodão. Conforme as solicitações do mercado externo e a oscilação dos preços, a cana-de-açúcar, partindo das áreas mais úmidas onde dominava, avançava por áreas de clima menos úmido, que por sua vez eram disputadas pelo algodão, dominantes nas regiões semi-áridas, quando os preços subiam e os do açúcar baixavam”, (p.72, grifos meus). Esta “luta” entre as culturas também pode encontrar seu fundamento não apenas em fatores externos - demanda no mercado europeu, guerras e revoluções em outras colônias produtoras - mas a oportunidade de ascensão social que o algodão representou para os indivíduos, pois a cultura algodoeira “feita no Nordeste desde o início da colonização, teve uma fase de estagnação durante o século XVII e a primeira metade do século XVIII. Desenvolveu-se, depois, em função da fabricação de tecidos ordinários usados na vestimenta dos escravos e mais ainda, em conseqüência da revolução industrial,

com o desenvolvimento da indústria têxtil que então se processava na Inglaterra. Portugal como usufrutuário de nossas riquezas, ganhando somas enormes como intermediário entre o Brasil e a Inglaterra, estimulou a cultura deste produto e criou em 1751, uma estação de Inspeção do Algodão e, logo após, uma Alfândega do Algodão. Sua cultura que se iniciara na região úmida, logo se propagou para o Agreste e o Sertão como que repelida pela cana e pelo clima. Mas, se nas épocas de baixa do preço, o algodão recuava para o Agreste, deixando a Mata livre para a cana, quando subia o preço ou quando havia crise na indústria açucareira, a cultura do algodoeiro avançava em direção ao litoral. Sendo cultura de ciclo vegetativo curto e produto industrializado por comerciantes estabelecidos em vilas e povoações, às vezes, até em engenhos e usinas (...) Cultura fácil, barata, democrática, deixava-se associar à fava, ao feijão e ao milho, fornecendo o roçado ao pequeno agricultor, a um só tempo, tanto produto para a venda como alimentos. O seu curto ciclo vegetativo requeria apenas poucas limpas ou capinas, conseqüentemente, não ocupava braços durante o ano todo como ocorria com o açúcar. (...) Daí a cultura do algodoeiro na segunda metade do século XIX quase não usar o trabalho escravo, sendo preferível pagar a moradores as fainas agrícolas mesmo quando a procura de braços tornou-se grande e a mão-de-obra, insuficiente, provocou a ascensão dos salários até mil-réis diários. (...) Produto leve, o algodão era facilmente colhido por mulheres e crianças; daí uma série de vantagens para enfrentar a cana nas ocasiões em que o mercado europeu necessitava de algodão. (...) Grande expansão teve a cultura algodoeira durante a guerra de Secessão, quando os EUA não podiam atender ao mercado europeu. Nessa ocasião o algodão avançou pelo Vale do Paraíba, dividiu com a cana as terras drenadas (...) Nessas regiões ele não só disputou terras à cana, como tomou os engenhos e emprêsas híbridas, uma vez que mantinham junto às suas "moitas" descaroçadores de algodão. Muitos moradores pobres - mulatos, caboclos, ou mesmo negros - enriqueceram cultivando algodão e ascenderam socialmente, foram os chamados "brancos do Algodão" (pp. 90 e ss).

¹³NUNES LEAL, V. - op. cit. - nos fornece uma lista incompleta de vários "afazeres" de um coronel, dentre eles destacamos: obter crédito em casas comerciais; contratar advogado; influenciar jurados; estimular e "preparar" testemunhas, ceder animais para viagens; dar pousada e refeição; impedir que a polícia tome as armas de seus protegidos, ou lograr que as restitua; batizar filho ou apadrinhar casamento; redigir cartas, recibos e contratos, ou mandar que o filho, o caixeiro, o guarda-livros, o administrador ou o advogado o façam; colaborar na legalização de terras; compor desavenças; forçar casamento em casos de descaminho de menores, nos diz ainda o autor que muitos destes serviços são prestados gratuitamente; ver p. 38, nota 34.

¹⁴ Para um melhor entendimento sobre o espírito do empreendedor, observamos em Sombart a seguinte passagem: chamo empreendimento, no sentido largo do termo, toda realização de um plano a longa distância, do qual a execução exige a colaboração durável de muitas pessoas animadas pela mesma e única vontade. (...) A realização de um plano deve efetuar-se por muitos animados por um objetivo comum (mesma vontade), (...) O domínio do empreendimento é por isso tão vasto quanto o campo de atividade humana em geral, dito de outra forma, a empresa não é (e não pode mais ser) sempre e unicamente de ordem econômica. O empreendimento econômico é majoritariamente uma variedade de empresas gerais, do mesmo modo que o empreendimento capitalista é uma variedade de empreendimentos econômicos. (...) Entendemos por "espírito empreendedor" o conjunto das

qualidades psíquicas que se exige na feliz realização de uma empresa (investimento, empreendimento). Estas qualidades variam, por um lado, com a natureza das funções que incumbe ao empreendedor e, por outro, com a extensão e as dificuldades da própria empresa. Sombart segue distinguindo três formas possíveis de manifestação deste espírito: o conquistador, o organizador e o negociante - quanto ao primeiro suas principais qualidades são: 1) a atitude à concepção dos planos, que une certamente riqueza de imaginação; (...) liberdade espiritual; 2) o desejo, a vontade de realizar o plano (...) 3) capacidade de realizar seus planos, dito de outra forma, o empreendedor deve manifestar um certo espírito de organização (partição? Num sentido cartesiano) e uma certa perseverança que o impedem de desviar de seu objetivo; o organizador por sua vez, para realizar sua obra, conta com o concurso de outros homens cujas vontades devem ser subordinadas a sua, esta é uma das primeiras condições ao resultado. A subordinação de outras vontades assim será obtida se o empreendedor, sobretudo, for um bom organizador, em outras palavras, é mister ao organizador, reunir um certo número de homens e coordenadores empenhados num trabalho eficaz; dispostos e escolhidos de forma a obter o máximo de efeito útil, qual supõe, primeiramente, julgar os homens de acordo com suas ações e discernir entre a multidão, os de atitudes convenientes ao meio e ao objetivo mirado; em segundo lugar, possuir o talento de os fazer trabalhar para si, (...) e que cada um seja encorajado a despendar o máximo de atividade compatível com sua força e atitude; por fim o negociante, este detém a arte do comércio, das artimanhas, dos contatos, enfim, realiza o campo de ação da mercadoria, quando chefe de expedição assegura a livre passagem aos viajantes num país além de facilitar o aprovisionamento de si e de seus companheiros; sendo um empreendedor capitalista assegura a saída (o mercado) para seus produtos, quando estadista conclui um tratado, etc. De todos estes casos (é evidente) o fator "negociador", ou seja, discutir com um outro, a fim de decidir, em manter certos argumentos ou em refutar suas objeções, ao aceitar uma proposição, apoiar certas ações ou abster-se de certas intervenções. - SOMBART, W. op. cit., pag 54 e ss; vislumbramos, como tentaremos provar, todas estas formas em Paulo Honório variando conforme a necessidade que se lhe apresenta o ofício.

¹⁵*Ces qualités varient, d'une part, avec la nature des fonctions que incombent à l'entrepreneur et, d'autre part, avec l'étendue et les difficultés de l'entreprise. Mais si l'entrepreneur veut être sûr du succès il doit toujours être à la fois un conquérant, un organisateur, un négociant* - SOMBART, op. cit., p. 55.

¹⁶Sobre o tempo preciso: "a apropriação da fazenda é contada com a mesma objetividade que caracteriza todo o romance. Essa objetividade, reflexo do personagem, deixa-se surpreender de modo fácil num recurso de estilo: a narração obsessiva do tempo que, cronometrado com precisão pelo narrador, delimita as ações de forma clara e - no caso - produz um efeito de crueldade"; mais adiante diz o crítico, "a rapidez rítmica da sucessão de fatos - aqui explicitamente ligada ao fator "propriedade" - reforça a caracterização de Paulo Honório como um elemento dinâmico por natureza, cujo impulso arrasta o mundo atrás de si" - LAFETÁ, J.L. - "O mundo à revelia", posfácio de RAMOS, G. - São Bernardo, op.cit. pp. 194/5.

¹⁷Nos pontos assinalados podemos observar mais uma característica de Paulo Honório. A falta de espírito público, tantas vezes irrogada ao chefe político local, é desmentida, com frequência, por seu

desvelo pelo progresso do distrito ou município. É ao seu interesse e à sua insistência que se devem os principais melhoramentos do lugar. A escola, a estrada, o correio, o telégrafo, a ferrovia, a igreja, o

posto de saúde, o hospital, o clube, o campo de foot-ball, a linha de tiro, a luz elétrica, a rede de esgotos, a água encanada - , tudo exige o seu esforço, às vezes um penoso esforço que chega ao heroísmo. É com essas realizações de utilidade pública, algumas das quais dependem só do seu empenho e prestígio político, enquanto outras podem requerer contribuições pessoais suas e dos amigos, é com elas que, em grande parte, o chefe municipal constrói ou conserva sua posição de liderança. NUNES LEAL, V. op. cit., p. 37.

¹⁸ *Pendant les premières décades du XVIIIe siècle, le monde anglais et français traversa pour la première fois l'état d'emballlement morbide pour l'argent (...) Cet état, qui devait se reproduire plus tard de temps à autre (...) avait fini par imprégner et attester le corps entier de la nation, au point que la soif d'argent était devenue comme un élément constitutif de âme de l'homme moderne.* - SOMBART, op. cit., p. 36.

¹⁹ O cálculo comporta uma certa tendência, uma certa atitude em exprimir todas as manifestações da atividade humana em números e em compor com esses números um sistema complicado e engenhoso de receitas e despesas. (...) e o sistema destes valores é destinado a estabelecer entre o "mais" e o "menos", entre o "débito" e o "crédito" uma relação permanente de julgar se uma empreita pode ser ou não vantajosa do ponto de vista pecuniário. SOMBART, W. - op. cit., pp. 123.

²⁰ Valemo-nos aqui de outra clássica e conhecida tese sobre a ética protestante. Cf. WEBER, Max - *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, trad. M. Irene de Q.F. Szmrecsányi e Tomás J. M. K. Szmrecsányi, 6a. ed., SP, Pioneira, 1989.

²¹ CANDIDO, A. op. cit, 1992, pag. 25.

²² LAFETÁ, J.L. - "O mundo à revelia" in RAMOS, G. - *São Bernardo*, posfácio.

²³ NOGUEIRA, Marco Aurélio - *As Desventuras do Liberalismo: Joaquim Nabuco, a monarquia e a república* - RJ, Paz e Terra, 1984, p. 141-2. Ainda sobre este assunto, defende o autor, (...) o paternalismo perdeu sua eficiência e as práticas de controle deixaram de funcionar, incapacitando politicamente o regime para empreender a sua auto-reforma e, assim, vincular-se organicamente à nova realidade que surgia. O reordenamento político-institucional, administrativo e jurídico exigido pelo desenvolvimento da segunda metade do século encontraria seu feitor na república (p.143).

²⁴ Sobre as "novas profissões", muito ilustrativo é o ensaio de PINHEIRO, P.S. "Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política" in FAUSTO, B. (dir) - HGCB, "No final do século XIX a crise na economia agrário-exportadora e o desenvolvimento do setor público do Estado vão oferecer a absorção na burocracia civil e na categoria militar de grupos ligados à exploração rural. O desenvolvimento urbano, que se acelera depois da guerra, provocará a expansão do pequeno comércio nos centros mais importantes do país, assim como de pequenas indústrias. Há o aumento das antigas classes médias - pequenos comerciantes, artesãos, pequenos industriais, alfaiates, carpinteiros e sapateiros - e das novas classes médias - funcionários públicos, assalariados. A

urbanização ocorrerá simultaneamente com o crescimento da burocracia dos serviços públicos como resultado de um processo que está caracterizado pelo alargamento da área da intervenção do Estado na economia, a extensão da área geográfica efetiva na qual a ação governamental se exercia pela dilatação do sistema administrativo do país". pp. 16.

²⁵ "De fato, é o diabo. Compreendemos então o que Paulo Honório representa e compreendemos a velocidade da narrativa. Seu Ribeiro, que se prendera ao ritmo lento da vida patriarcal, é afastado do governo do mundo. O elemento novo, que chega trazendo estradas, máquinas, eletricidade, apuradas técnicas de pecuária e agricultura, impõe-se e domina. Paulo Honório traz a força de tempos novos que surgem, vencendo a inércia e quebrando os obstáculos. Pernas contra automóveis. Daí o torvelinho em que, desde o começo fomos apanhados. Daí a coesão da narrativa, que une indissoluvelmente personagem e ação. Pois Paulo Honório, representante da modernidade que entra no sertão brasileiro, é o emblema complexo e contraditório do capitalismo nascente, empreendedor, cruel, que não vacila diante dos meios e se apossa do que tem pela frente, dinâmico e transformador" LAFETÁ, J.L., *Idem*, pp. 196-7. Posteriormente no mesmo ensaio, Lafetá lapida melhor a analogia Paulo Honório - dínamo. "Se analisarmos todas as características examinadas - ação, energia, objetividade, dinamismo, capacidade transformadora e sentimento de propriedade - torna-se inevitável o surgimento de uma analogia entre o herói e a burguesia como classe. Já vimos, também de passagem, que Paulo Honório parece ser o emblema contraditório do capitalismo nascente em nosso país. O contraste que ele mesmo estabelece entre o ritmo veloz de sua apropriação e o passo lento do patriarcalismo de Seu Ribeiro é demasiado evidente para que o deixemos passar despercebido. (...) Paulo Honório simboliza, no interior do romance, a força modernizadora que atualiza de forma devastante o universo de S.Bernardo. A roça de Seu Ribeiro foi calma e sem problemas, no tempo do Imperador; Luís Padilha tem uma vida estagnada e preguiçosa; Paulo Honório é ali, o dínamo que gera energia e arrebatava tudo, provocando uma completa e incessante modificação nas relações globais daquele mundo" (p.202).

²⁶ Com relação a Madalena, são muitas as passagens conflituosas, mesmo no capítulo do seu casamento podemos ver sua preocupação com os empregados da fazenda e, no capítulo posterior, a primeira discussão ao conversar sobre o salário de Seu Ribeiro; contudo, o socialismo aparece ainda como uma pura aspiração subjetiva, sem encontrar na realidade as possibilidades concretas de sua execução. O humanismo abstrato de Madalena, típico de setores progressistas de nossa classe média urbana, apesar de apontar para um futuro mais brilhante, revela-se igualmente incapaz de quebrar as paredes do pequeno mundo da prosa cinzenta e alienada da sociedade brasileira, ainda com respeito a Madalena, Carlos Nelson considerando-a como "herói problemático" voltado para um valor autêntico comunitário e transcendente, fundamenta sua solidão como produto da inexistência, na sociedade brasileira de então, das classes sociais que tornariam possível, se não o estabelecimento, pelo menos a possibilidade concreta da criação efetiva de uma nova sociedade, de um "grande mundo" humanista e democrático (...) a solidão decorre do seu caráter pioneiro, do fato de ter ela antecipado os valores que ainda permaneciam implícitos na classe social (ou conjunto de classes) a que se ligava; sua tragédia é a tragédia do revolucionário possível. COUTINHO, C. N. - op.cit., p. 132/36.

²⁷CANDIDO, Antonio, 1992, op. cit, pag. 26.

²⁸ Para Paulo Honório, S. Bernardo era o seu “verdadeiro mundo”, portanto, intentar com ele era intentar contra seu dono, contra a estabilidade e controle das coisas e dos seres próximos. *Não se constrói a história dos homens com as forças sociais eliminadas do processo histórico-social. Podemos perpetuar, amparando tais forças e apoiando-nos nelas, um padrão de vida que constitui uma afronta aos ideais*

de igualdade, de segurança e de plena realização da pessoa difundidos pela civilização moderna.(...) Aquelas forças - referindo-se ao poder do mandonismo patriarcal e ao “substrato da resistência” - trabalham contra isso, porque se sentem obscuramente ameaçadas pelos rumos previsíveis da história dos povos e temem não encontrar de novo um lugar ao sol na estrutura de poder de uma sociedade brasileira renovada. Só aceitam as inovações que conseguem dominar, dirigir e aproveitar, ou seja, as inovações que não modificam a estrutura da situação e sua perspectivas de desenvolvimento. FLORESTAN FERNANDES em “Reflexões sobre a Mudança Social” in *A Sociologia Numa Era de Revolução Social*, 2a ed., Rio, Zahar, 1976, pp. 202/236 (grifos meus); mais tarde saberemos porque Paulo Honório encaixa-se dentro deste perfil.

²⁹ Destacamos os momentos que podem expressar, talvez, a real “consciência de si”. Aliás, uma sóbria consciência, pois percebe que não é solitária, mas constituinte de um determinado mundo, de uma “vida agreste” e uma “alma agreste”. Imbuídas por fortes sentimentos cordiais que escondem ainda o sentimento de posse sobre as pessoas e as coisas, mas que no entanto Paulo Honório o considera estranho.

³⁰ CANDIDO, A. - op.cit. p.26. Cf. COUTINHO, C.N. - op.cit., p. 131: *levado ainda por suma finalidade egoísta, típica de um proprietário, Paulo Honório pretende se casar: é preciso ter um filho que seja herdeiro das riquezas que acumulou.*

BIBLIOGRAFIA DE GRACILIANO RAMOS

RAMOS, Graciliano - *Caetés*, posfácio de Wilson Martins, ilustrações de Poty, 17ª ed., RJ, Record, 1981.

_____ - *São Bernardo*, posfácio de João Luiz Lafetá, ilustrações de Darel, 37ª ed., RJ, Record, 1981.

_____ - *Angústia*, posfácio de Otto Maria Carpeaux, ilustrações de Marcelo Grasmann, 23ª ed., RJ, SP, Record, 1981.

_____ - *Vidas Secas*, posfácio de Álvaro Lins, ilustrações de Aldemir Martins, 48ª ed., RJ, SP, Record, 1981.

_____ *et alli* - *Brandão entre o Mar e o Amor*, 1942.

_____ - *História de Alexandre*, 1944.

_____ - *Infância*, posfácio de Octávio de Faria, ilustrações de Darcy Penteado, 17ª ed., RJ, Record, 1981.

_____ - *Dois Dedos*, 1945.

_____ - *Histórias Incompletas*, 1946.

_____ - *Insônia*, posfácio de Adonias Filho, ilustrações de Axel Leskoschek..., 17ª ed., RJ, SP, Record, 1981.

_____ - *7 Histórias Verdadeiras*, 1951.

_____ - *Memórias do Cárcere*, prefácio de Nelson Werneck Sodré, ilustrações de Percy Deane, 14ª ed., RJ, SP, Record, 1981.

_____ - *Viagem*, prefácio de Jorge Amado, ilustrações de Telmo de Jesus

Pereira, 12ª ed., RJ, SP, Record, 1981.

RAMOS, Graciliano – *Histórias Agrestes*, 1960.

_____ – *Viventes das Alagos*, posfácio de Tristão de Athayde, ilustrações de Emanuel Araújo, 11ª ed., RJ, SP, Record, 1981.

_____ – *Alexandre e outros heróis*, posfácio de Osman Lins, ilustrações Moraes, 21ª ed., RJ, SP, Record, 1981.

_____ – *Linhas Tortas*, 9ª ed., RJ, SP, Record, 1981.

_____ – *Relatórios*, RJ, Record, Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1994.

BIBLIOGRAFIA

BOSI, Alfredo - *História Concisa da Literatura Brasileira*, 3a. ed., SP, Cultrix, 1991.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio - *Raízes do Brasil*, 23a.ed., RJ, José Olympio, 1991.

CANDIDO, Antonio - *Tese e Antítese: ensaios*, 3a.ed., SP, Nacional, 1978.

CANDIDO, A. - *Ficção e Confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos*, RJ, ed. 34, 1992.

CANDIDO, A. - *Literatura e Sociedade*, 8ª ed, SP, T.A. Queiroz/Publifolha, 2000.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel - *O Capitalismo Tardio*, 8a.ed., SP, Brasiliense, 1991.

CORREIA DE ANDRADE, Manuel - *A Terra e o Homem no Nordeste*, 2a.ed., SP, Brasiliense, 1964.

CORREIA DE ANDRADE, Manuel - *Modernização e Pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*, SP, EDUNESP, 1994.

COUTINHO, C. N. - *Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas*, BH, Oficina de Livros, 1990.

CRISTÓVÃO, Fernando - *Graciliano Ramos: estrutura e valores de um modo de narrar*, 3a.ed., RJ, José Olympio, 1986.

CRUZ COSTA, João - *Pequena História da República*, 3a.ed., SP, Brasiliense, 1989.

D'INCAO, Maria Angela (org.) - *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Jr.*, SP, Brasiliense, EDUNESP, 1989.

ENGELS, Friedrich - *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, trad.

- Leandro Konder, 10.ed., RJ, Civilização Brasileira, 1985.
- FAUSTO, Bóris (dir.) - *História Geral da Civilização Brasileira*, 4a. ed., RJ, Bertrand Brasil, vols. 8 a 10, 1990.
- FLORESTAN FERNADES em "Reflexões sobre a Mudança Social" in *A Sociologia Numa Era de Revolução Social*, 2a ed., Rio, Zahar, 1976.
- FERNANDES, F. - *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*, 3a. ed., RJ, Guanabara, 1987.
- FREYRE, G. - *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, 28a.ed., RJ, Record, 1992.
- FREYRE, Gilberto - *Nordeste*, 6a.ed., RJ, Record, 1989.
- GOLDMANN, Lucien - *Dialética e Cultura*, trad. Luiz Fernando Cardoso, Carlos Nelson Coutinho e Giseh Vianna Konder, 3a. ed., RJ, Paz e Terra, 1979.
- GRAMSCI, Antonio - *Literatura e Vida Nacional*, trad. Carlos Nelson Coutinho, RJ, Civilização Brasileira, 1968.
- HOBBSBAWN, Eric J. - *A Era do Capital (1848 - 1875)*, trad. Luciano Costa Neto, 3a.ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- IANNI, O. - *Ensaio de Sociologia da Cultura*, RJ, Civilização Brasileira, 1991.
- LEÃO REGO, W.D. - *Estado e Revolução Burguesa no Brasil: um ensaio sobre a questão da hegemonia durante a Primeira República*, dissertação de Mestrado em Ciência Política, apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da FFLCH/USP - SP - 1981.
- LUKÁCS, Georg - *História e Consciência de Classe: estudos de dialética marxista*, Trad. Telma Costa, 2a.ed., Rio, Elfos; Porto, Escorpião, 1989.
- LUKÁCS, G. - *Problemas del Realismo*, México, Fonde de Cultura Económica, sd.

- LUKACS, G. *Ensaio sobre Literatura*, Civilização Brasileira, RJ, s/d.
- MANNHEIM, Karl - *Ideologia e Utopia*, trad. Sérgio Magalhães Santeiro, 4a.ed., RJ, Guanabara, 1986.
- MORAES, Denis de - *O Velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*, 2a. ed., RJ, José Olympio, 1993.
- MORAES, R.; ANTUNES, R. e BOTTA FERRANTE, V. (orgs) – *Inteligência Brasileira*, SP, Brasiliense, 1986.
- MOTA, C. G. - *Idéia de Revolução no Brasil (1789 - 1801): estudo das formas de pensamento*, 3a.ed., SP, Cortez, 1989.
- MOTA, Carlos Guilherme - *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*, SP, Ática, 1977.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio – *As Desventuras do Liberalismo: Joaquim Nabuco, a monarquia e a república* – RJ, Paz e Terra, 1984.
- NOVAIS, Fernando A. - *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial*, 6a. ed., SP, Brasiliense, 1993.
- NUNES LEAL, Victor - *Coronelismo, Enxada e Voto*, 2a.ed., SP, Alfa-Omega, 1975.
- PÉCAUT, Daniel - *Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação*, trad. Maria Júlia Goldwasser, SP, Ática, 1990.
- PRADO JR, C. - *Evolução Política do Brasil (Colônia e Império)*, 19a. ed., SP, Brasiliense, 1991.
- PRADO JR, C. - *Formação do Brasil Contemporâneo*, 20a. ed., SP, Brasiliense, 1987.
- PRADO JR, Caio - *História Econômica do Brasil*, 37a. ed., SP, Brasiliense, 1976.
- SAES, Décio - *A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888 - 1891)*, 2a. ed., RJ,

Paz e Terra, 1985.

SEVCENKO, Nicolau - *Literatura como Missão*, SP, Brasiliense, s/d.

SOMBART, Werner - *El Apogeo del Capitalismo*, trad. Vicente Caridad, México D.F., FCE, 2 vols., 1984.

SOMBART, W. *Le Bourgeois. Contribution a l'histoire morale et intellectuelle de l'homme économique moderne*, Paris, Petit Bibliothèque Payot, 1966.

WEBER, Max - *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, trad.M.Irene de Q.F. Szmrecsányi e Tomás J.M.K. Szmrecsányi, 6a. ed., SP, Pioneira,1989.

CADERNOS PORTO & VÍRGULA - Graciliano Ramos. Porto Alegre, Secretaria Municipal da Cultura, 1993.

HISTÓRIA (UNESP), SP, v.11, 1992.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA No. 23/24 - Política & Cultura.

REVISTA DE LETRAS (UNESP), SP, v.30, 1990.

REVISTA DE LETRAS (UNESP), SP, v.32, 1992.

REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS, SP, no. 35, 1993.